



CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS

Recredenciado pela Portaria Ministerial nº 1.162, de 13/10/16, D.O.U nº 198, de 14/10/2016
ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LUTERANA DO BRASIL

Ana Carla Sousa Serra

**RACISMO E SAÚDE MENTAL: implicações na vida de mulheres autodeclaradas negras em
Palmas- TO**

Palmas – TO

2021

Ana Carla Sousa Serra

**RACISMO E SAÚDE MENTAL: implicações na vida de mulheres autodeclaradas negras em
Palmas- TO**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) II elaborado e apresentado como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Psicologia pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

Orientador: Prof. M.e Lauriane dos Santos Moreira.

Palmas – TO

2021

Ana Carla Sousa Serra

RACISMO E SAÚDE MENTAL: implicações na vida de mulheres autodeclaradas negras em
Palmas- TO

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) II elaborado e apresentado como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Psicologia pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

Orientador: Prof. M.e Lauriane dos Santos Moreira.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Lauriane dos Santos Moreira

Orientadora

Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP

Prof.a Dra. Ruth do Prado Cabral

Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP

M.e Milena Alves de Carvalho Costa

Secretaria Estadual de Saúde

Palmas – TO

2021

RESUMO

SERRA, ANA CARLA SOUSA. **Racismo e Saúde Mental: implicações na vida de mulheres autodeclaradas negras em Palmas-TO.** 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)- Curso de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas, Palmas/TO, 2020.

O racismo e suas implicações na saúde mental da mulher negra ainda é um tema pouco trabalhado e apresenta-se escasso em pesquisas. É preciso que essas mulheres sejam reconhecidas como sujeitos e ao mesmo tempo identifique os processos e implicações que o racismo acarreta em sua saúde mental. No caso do presente trabalho, o objetivo foi de analisar as implicações do racismo na saúde mental de mulheres que se autodeclararam negras na região de Palmas Tocantins por meio de uma pesquisa qualitativa e de campo na aplicação de questionários. Sobre os resultados do presente trabalho, foi possível afirmar, com os dados coletados, que o sofrimento psíquico e conflitos na própria identidade estão diretamente ligados ao racismo e suas consequências na mulher que se autodeclara negra. Desse modo, conclui-se que as várias formas de violência que o racismo impõe a mulher que se autodeclara negra reverbera em sua saúde mental.

Palavras-chaves: racismo; mulher negra; saúde mental.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEULP
TCLE

Centro Universitário Luterano de Palmas
Termo de Compromisso Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 REFERENCIAL TEÓRICO	7
2.1 <i>Breve histórico da colonização no Brasil.....</i>	<i>7</i>
2.2 <i>Saúde mental da população negra em geral e identidade da mulher negra.....</i>	<i>10</i>
3 METODOLOGIA.....	16
3.1 Desenho do Estudo (Tipo de Estudo) E PROCESSO DE PESQUISA.....	16
3.2 Local e Período de Realização da Pesquisa.....	16
3.3 “Objeto de Estudo ou População” e Amostra.....	16
3.4 Critérios de Inclusão e Exclusão	17
3.5 Variáveis.....	17
3.6 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS, ESTRATÉGIAS DE APLICAÇÃO, REGISTRO, ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS DADOS.....	17
3.7.1 <i>Riscos.....</i>	<i>18</i>
3.7.2 <i>Benefícios</i>	<i>19</i>
3.7.3 <i>Desfechos.....</i>	<i>19</i>
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	20
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS	36
APÊNDICES	39

1 INTRODUÇÃO

O processo histórico de colonização das terras brasileiras concomitante a escravidão da mão de obra africana no país desencadeou problemáticas raciais que perduram até hoje. As principais vítimas deste processo são pessoas negras, nas quais sofrem em sua trajetória de vida alguma e/ou várias formas de violência. Com isso, pelo histórico de escravidão dos negros e pela falta de políticas públicas de ressarcimento social após a abolição da escravatura naturalizou-se o racismo na sociedade brasileira. Simultâneas a isso, práticas racistas acontecem na maioria das vezes de forma implícita ou cordial, o que dificulta mais ainda sua erradicação (SILVA; 2015).

É sabido que o racismo no Brasil persiste como uma problemática social. Mesmo que a metade da população brasileira seja formada por pessoas negras, a discriminação racial naturalizou-se como uma prática comum no país. O racismo foi legitimado não só pelas instituições de poder, mas pelas estruturas sociais. O racismo, inegável e inevitavelmente, atinge em várias circunstâncias a raça negra, e as consequências dessa forma de opressão e controle sobre pessoas negras repercute diretamente na saúde mental e em outros aspectos psicossociais dos mesmos (SANTOS; SILVA, 2018).

Contudo, quando se faz um recorte ainda mais específico sobre este tema racial, entram em maiores desvantagens as mulheres negras, uma vez que estas, além de carregar o fardo da violência racial marcada no seu corpo, carregam também outro símbolo de vulnerabilidade, que é seu gênero. Com isso, mulheres que se autodeclaram negras perpassam inexoravelmente em sua trajetória de vida várias formas de violência que podem atingir desde o âmbito psicológico ao físico ou biológico. Além disso, há o processo da sua identidade, que muitas vezes ocorre de modo conflituoso, dicotômico e penoso a si mesma como mulher e negra (ALVES; 2017).

O presente trabalho foi motivado pela questão de qual seriam as implicações na saúde mental de mulheres que se autodeclaram negras advindas do racismo. A partir disso, se formulou como problema de pesquisa a seguinte questão: Quais são as implicações na saúde mental atreladas ao racismo em mulheres autodeclaradas negras? Se levantou como hipótese que essas implicações estão atreladas ao que as estruturas sociais ditam sobre o corpo da mulher negra, como inadequada esteticamente, inferiorizando também sua intelectualidade e silenciando seu sofrimento. E para verificar essa hipótese, objetivo geral foi proposto, que foi de analisar as implicações na saúde mental fruto do racismo em mulheres autodeclaradas negras em Palmas - TO. Esse objetivo foi destrinchado em passos menores, quais sejam: identificar os mecanismos sociais, culturais, históricos que sustentam o racismo; discutir sobre a identidade

da mulher negra e descrever as principais implicações psicossociais na saúde mental nas participantes da pesquisa advindas das vivências do racismo.

Esse trabalho apresenta relevância em diferentes âmbitos, tais como na esfera pessoal, social e acadêmica, os quais serão apresentados. No que tange a perspectiva pessoal, a acadêmica-pesquisadora em questão, como mulher negra, enxerga que é preciso falar disso o quanto antes, ainda mais em espaços acadêmicos. Dessa maneira, é urgente o posicionamento como mulher negra de levantar dados que provem o quão necessário e dolorido é a realidade para estas mulheres.

Sobre a relevância social, este trabalho possui grande peso. Em consequência do processo histórico da escravidão que ocorreu durante alguns séculos, atualmente há o racismo estrutural, cordial, institucional, entre outras formas de discriminação contra a etnia negra. Tendo isto em pauta, sabe-se que as consequências do racismo reverberam em vários aspectos no cotidiano de pessoas negras, inclusive na saúde mental da mulher que se autodeclara negra. Essas consequências muitas vezes são manifestadas de forma agressiva, brutal e penosa, como a exclusão da mulher negra, sua baixa autoestima, sua hiperssexualização e falta de representatividade no meio social, entre outras.

Conforme Camino et al (2000), sabe-se que na composição racial da sociedade brasileira, a que prevalece é a preta ou parda. É sabido também que a maior parte dessa população sofre com o racismo estrutural ou institucional, sendo estes mecanismos de reprodução para sustentá-los.

Além disso, sobre a relevância acadêmica, tem-se a necessidade de desenvolver esse trabalho pela escassez de produções científicas sobre o racismo na mulher negra e a saúde mental da população negra. Dessa forma, pelo pouco material encontrado sobre tais temas, o presente trabalho buscou incentivar o desenvolvimento de pesquisas voltado para estes ramos assim como uma forma de incrementar material teórico e científico a essas temáticas.

E sobre a perspectiva profissional, o estudo pode fomentar subsídios teóricos sobre a saúde mental dessa parcela social, a qual sofre com consequências psíquicas vindas do racismo. Por ser um tema pouco trabalhado tanto fora da academia quanto dentro, desconhece-se o sofrimento psíquico da população negra, que boa parte advém do racismo (DAMASCENO; ZANELLO, 2018).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Breve histórico da colonização no Brasil

Antes da colonização portuguesa, indígenas já habitavam o território brasileiro e era visto pelos europeus como povos primitivos. Os portugueses não consideravam a organização social indígena válida, uma vez que eles não tinham o hábito e finalidade de acumular riquezas e explorar os recursos locais, mas apenas de consumir o necessário do ambiente ao redor. Além disso, as comunidades indígenas se organizavam a partir do princípio colaborativo e não tinha a escrita como meio de comunicação (OLIVEIRA; LEWIN; SÁ, 2003).

Essa dinâmica social era totalmente oposta aos portugueses, uma vez que esses praticavam a expansão do comércio, além de dominar a escrita. Antes do processo colonizador, as tribos viviam de modo nômade e praticavam agricultura de subsistência, como cultivo de milho, feijão, mandioca, entre outras frutas e tubérculos. Quando os recursos começavam a ficar escassos, eles se deslocavam para outro lugar. Era comum também a tribo terem eventos de rivalidade entre si, pois ocorriam invasões para domínio de território (OLIVEIRA; LEWIN; SÁ, 2003).

Com a chegada dos portugueses, o primeiro contato realizado no início da inserção deles no território brasileiro com os indígenas foi caracterizado pela prática do escambo, que nada mais era do que a troca de objetos de pouco valor pela força do trabalho desses povos. Nesse contexto, os portugueses não consideraram a necessidade de escravizá-los, uma vez que se mostraram passivos. Contudo, algum tempo depois, devido ao enfraquecimento das práticas de escambo por parte dos indígenas, eles passaram a ser escravizados (COSTA; FARIAS, 2009).

E não eram apenas os indígenas que foram escravizados pelos portugueses, pois Portugal começou a dominar a África e comercializar a população desse continente a partir do século XV e XVI. Comerciantes portugueses fechavam alianças com líderes de tribos africanas e tráfico humano eram realizados por meio do oceano Atlântico. O escambo também era uma prática comum na troca de mão de obra de cativo e captura de escravos (VERAS; 2015).

As pessoas escravizadas vieram para o Brasil da África a partir dos anos de 1550, e a cada século, a chegada deles aumentava. Eles realizaram grande parte do trabalho braçal nas canas de açúcar e mineração, feitos em ambientes totalmente insalubres e em condições precárias. Desde a captura de pessoas escravizadas no seu próprio continente até terras distantes nos quais suas forças de trabalho seriam exploradas, as condições eram as mais inóspitas possíveis. Na captura, práticas de acorrentamento e marcação por brasas de ferro ao redor do corpo eram bastante comuns. Depois, o transporte em navios atlânticos também apresentava péssimas condições, como falta de espaço, higiene e altos riscos de contaminação de doenças. Passavam

por restrição de comidas, água, e até mesmo higiene, além de longas jornadas. Muitos morreram nesse processo (LEITE, 2017).

Quando chegavam ao continente do colonizador, eram avaliados em uma espécie de exposição, e analisavam-se suas características corporais, feições, idade, gênero, cor, entre outras atribuições. No momento da venda era comum ver famílias serem desfeitas, e depois eram direcionados às propriedades dos seus donos e já trabalhavam na mineração, plantações de algodão, ou de cana de açúcar ou de qualquer outra área da propriedade (SILVA, 2009).

Na sociedade africana, as mulheres eram reconhecidas pelo seu poderio espiritual e pela sua força na mão de obra. Quando foram escravizadas no continente americano, elaboraram estratégias de enfrentamento, o que contraria diretamente a hipótese de que aceitavam passivamente a dominação do homem e mulher branca. As mulheres africanas escravizadas prezaram, de várias formas, pela manutenção da sua família, pela integridade psicológica e física de seus companheiros e filhos, assim como para com a comunidade que estavam inseridas (PAIXÃO; GOMES, 2008).

Uma dessas estratégias de enfrentamento foi a recusa em trabalhar e ameaçavam os senhores pelo suicídio e infanticídio para evitar que seus filhos e esposos fossem vendidos de modo separado. Os donos de terra tinham receio de ser envenenados pelas “amas de leite” e mucamas. Mesmo sendo submetidas a várias camadas de opressão, elas conseguiram construir ambientes de autoestima, e se tornaram determinantes em momentos de transferência e vendas indesejáveis, assim como em possibilidades de fugas. Elas conseguiam prover suprimentos e auxílios para os escravizados em tentativa de fuga. As mulheres negras escravizadas exerceram um papel fundamental na emancipação da libertação no processo da abolição da escravatura. Tentaram e várias maneiras manter a integridade dos arranjos familiares e a originalidade das riquezas de sua cultura africana (PAIXÃO; GOMES, 2008).

Foi a partir do final do século XIX que a escravidão no Brasil começa a entrar em declínio. Isso aconteceu devido os portugueses descumprirem sucessivos contratos com os britânicos, além de persistirem em contrabandear escravos na África. Desse modo, a Inglaterra pressionou o Brasil a obedecer aos contratos feitos entre eles (MALAQUIAS, 2017).

Contudo, os portugueses que governavam o Brasil resistiram e não cederam às pressões britânicas e conseqüentemente o país inglês, em 1845, rompeu relações diplomáticas com o governo brasileiro e com isso, todo escravo que desembarcava no país a partir disso, era considerado livre.

Depois desse ocorrido, a legislação brasileira encaminhou-se para a erradicação do sistema escravista de modo gradual. Isso ocorreu com a criação de várias leis, como a Lei do

Ventre Livre, depois da Lei do Sexagenário e outras mais. Por meio disso, os latifundiários e empresários começaram a buscar alternativas para obter uma mão de obra barata e foi no momento em que muitos imigrantes europeus estavam vindos ao Brasil (MACHADO, CAINELLI, 2014).

Foi com a instauração da Lei Áurea, de 1888, que a escravidão foi extinta de vez no Brasil. O que corroborou para que isso ocorresse não foi apenas a quebra de contrato entre Brasil e Inglaterra, mas todas as revoltas organizadas dos escravos desde a chegada ao país, que foram os quilombos e as fugas, que eram cada vez mais recorrentes, nas quais representavam o desprezo dos africanos por esse sistema escravista (LOPES, 2016).

Dessa forma, mesmo com a abolição da escravatura na constituição brasileira, a população escravizada (negros em quase totalidade e indígenas) ficou desprotegida pelo estado e sociedade, pois não houve criação de políticas públicas nas quais amparassem essa parcela social já marginalizada e estigmatizada pela escravidão. Com isso, a formação do racismo se deu a partir desse contexto e hoje está solidificado socialmente e naturalizado, não só pelas instituições, mas como um problema social que ainda marginaliza e nega direitos básicos a essa população, como acesso a oportunidades de emprego, educação, saúde e qualidade de vida (JESUS; SANTANA; CASTELAR; 2020).

Contudo, houve no Brasil a proliferação do mito da democracia racial, difundido e criado pelo Gilberto Freire na década de 1930 na qual todas as raças que fizeram parte da composição do Brasil vivem em plena harmonia e em igualdade, com mesmos direitos e todos iguais perante a lei. Por meio dessa ideologia ainda impregnada na sociedade hoje, vê-se o racismo cordial, ou implícito, no qual é muito comum no cotidiano da população negra. Isso gera vários tipos de violência, que vão desde ao ferimento da sua dignidade, do emocional à violência física, moral ou até mesmo de negligência a direitos (SILVA; SARAIVA; 2020).

De acordo com Guimarães (2004), quando se faz uma análise sobre os preconceitos sociais mais comuns, repara-se que grande parte deles remete-se ao preto, pobre e favelado. Isso fica evidente no cenário carcerário brasileiro, no qual é formado majoritariamente por negros. Outro exemplo é o forte preconceito que a população brasileira sustenta pelas religiões de origem africana, que são frequentemente discriminadas por outras religiões. Além disso, a mídia sustenta um imaginário da identidade negra bastante estereotipado, como o negro sendo o errado, o pobre, o feio e o que deve ser evitado.

Dessa forma, é possível inferir que no processo de formação da identidade de uma pessoa negra, a mesma perpassa inevitavelmente pela violência, podendo abarcar em várias circunstâncias, como o sofrimento psíquico causado pelo racismo institucional, pelo racismo

implícito ou cordial e pelas várias formas de discriminação racial que a população negra no Brasil sofre e está vulnerável a passar (SILVA; CHAI; 2018).

2.2 Saúde mental da população negra em geral e identidade da mulher negra

Pela escassez de material teórico sobre a saúde mental especificamente da mulher negra e sua relação com o racismo, buscou-se apresentar neste tópico a saúde mental da população negra de forma genérica, pois assim a mulher negra está inclusa.

A saúde mental representa o resultado de várias relações complexas, que incluem fatores biológicos, psicológicos e sociais e que necessita de um equilíbrio dinâmico entre as interações do indivíduo com o meio no qual está inserido, tendo em conta seus atributos físicos e seu histórico pessoal e familiar. Assim sendo, a exposição a situações traumáticas e com alto grau de estresse, como ambientes familiares instáveis, experiência de violência de gênero, discriminação e exclusão social, de modo único ou sistemático, é indicado como uma variável determinante nas alterações emocionais negativas que envolvem a saúde mental das pessoas e suas vidas de modo geral (ALVES; RODRIGUES, 2010).

À vista disso, estressores relacionados a discriminação racial podem interferir na saúde mental através de muitas maneiras. Isso fica bastante evidente nas relações de poder que apresentam diferenças discrepantes entre grupos discriminantes e discriminados e essas diferenças são representadas em posições sociais elevadas assim como no acesso a bens e serviços. A compreensão de experiências discriminatórias individuais pode resultar em altos níveis de estresse psicológico e danos à saúde física e mental (MATA; PELISOLI, 2016).

Estudos indicam que a vivência por esse tipo de discriminação frequentemente acarreta aspectos negativos na saúde mental de pessoas negras. Experiências racistas estão diretamente ligadas ao uso abusivo de álcool e outras drogas assim como a baixa autoestima e a transtornos mentais ou sintomas depressivos de modo geral. Além disso, outros estudos sugerem que os efeitos do racismo na saúde mental e física de pessoas negras tem relação com os elevados índices de estresse e depressão que essas pessoas apresentam. Dessa forma, com a redução da saúde física há maior ocorrência no surgimento de doenças cardiovasculares e de obesidade (MARTINS; LIMA; SANTOS, 2020).

Nesse sentido, estudos defendem que experiências envolvendo discriminação nas mulheres negras apresentam particularidades quando comparadas às vivenciadas por homens negros e por mulheres brancas, pois as mulheres negras são resultado de dois aspectos determinantes, que são o racismo e o sexismo. Essas experiências implicam processos de silenciamento, marginalização e objetificação passados por essas mulheres, que

inevitavelmente se reflete nas suas relações interpessoais, como a omissão de suas emoções e vivências sobre efeitos negativos na sua saúde mental, não experienciado por mulheres brancas (MARTINS; LIMA; SANTOS, 2020).

Quando se trata exclusivamente dos aspectos interseccionais entre a identidade racial e de gênero, estudos indicam que ambas as condições podem atuar como um fator de risco para as mulheres negras, como forma de reconhecimento da sua identidade e representatividade e simultânea a isso, como fator de proteção. Assim, mesmo que possa agir como fator de proteção, pode atuar como fator de risco ao mesmo tempo. O fator de proteção ocorre quando a aderência a essa identidade apresenta aspectos positivos sobre a sua autoimagem. E o fator de risco se manifesta quando a mulher negra com a aderência à sua identidade, aumenta a compreensão de situações discriminatórias, mas, ao mesmo tempo, pode amenizar os impactos negativos do racismo na saúde mental (SELLERS et al, 2003).

Observaram-se que elevados índices de identidade racial estão interligados a uma maior percepção de vulnerabilidade à discriminação, que resulta em um estresse crônico e pode desencadear menores índices de saúde mental. Dessa forma, mesmo que em algum momento sirva de fator de proteção, também pode servir como fator de risco, pois quanto maior a identificação racial, maior seus aspectos negativos na saúde mental, pois ocorre a amplificação de compreender situações racistas e sexistas (MAJOR; et al. 2002).

Por consequência dos fatores de proteção e, ao mesmo tempo, de risco citados anteriormente em virtude da identificação racial, mulheres negras estão mais suscetíveis a apresentarem algum transtorno mental comum, que pode ter sua origem em dois grandes eixos: determinantes externos e internos. Transtorno Mental Comum (TMC) é qualificado pela manifestação de sintomas depressivos, de ansiedade, de irritabilidade, de fadiga, de insônia, pela dificuldade de memória e de concentração e por queixas ligadas a questões somáticas (PARREIRA, 2017). Apresenta-se como um conjunto de sintomas somáticos e ao mesmo tempo sinais depressivos e ansiosos. Sobre os determinantes externos, estes resultam do menor nível de escolaridade, do baixo poder econômico, financeiro e da ausência de oportunidades e desvalorização da mão de obra negra. Sobre os determinantes internos, são implicados a solidão da mulher negra, maior taxa dessas mulheres em fecundidade e da construção de baixa autoestima, além das cobranças sociais vindas do estereótipo racista e sexista da mulher negra (SILVA; CHAI, 2018).

Por meio do que foi apresentado, é possível constatar que ocorre a restrição de direitos fundamentais às camadas mais vulneráveis acerca da qualidade de vida, da qual a mulher negra brasileira participa em grande escala. Esta, por sua vez, não tem a chance de ter o seu direito a

saúde mental efetivado. E mesmo que haja de fato políticas sobre promoção e prevenção sobre saúde, elas se apresentam de forma muito ineficiente. É sabido que isso ocorre pelo abismo que há entre as leis e a aplicabilidade de políticas públicas (SILVA; CHAI, 2018).

Na pesquisa com o título “Prevalência de transtornos mentais comuns em mulheres e sua relação com as características sociodemográficas e o trabalho doméstico”, os autores conseguiram comprovar que as condições sociodemográficas das pessoas estão intimamente relacionadas à qualidade da saúde mental das participantes. Logo, conseguiram comprovar que as condições de vida em estado de má qualidade de vida comprometem a sua saúde mental. Dessa forma, a população negra, mais ainda as mulheres negras estão em situações de más condições de vida (ARAÚJO; PINHO; ALMEIDA, 2005).

De acordo com Silva e Viera (2018), identidade resulta das relações culturais e sociais que uma pessoa tem ao longo de sua vida; isto é, ao decorrer dos anos, a identidade de uma pessoa é formada pela interação da sociedade com o eu individual. Além disso, é uma característica na qual está em plena e constante transformação, por estar relacionado diretamente com o contexto social no qual a pessoa está inserida e sua história de vida.

Para Julio (2010), a identidade racial é de suma importância à pessoa negra, pois hegemonicamente o cidadão que é legitimado no Brasil e munido de direitos é o cidadão de pele branca. Isto é, a pessoa branca é vista naturalmente como um ser individual porque é dotado de status devido a um processo histórico que o favoreceu. Já a pessoa negra é considerada como um coletivo e não como um ser social independente como o branco, por isso é tão comum generalizar o indivíduo negro.

Para a formação da identidade precisa-se reconhecer a si mesmo; contudo, no Brasil reconhecer-se como negro muitas vezes gera desconforto, pois a desvalorização dessa raça é, na maioria das vezes, caracterizada como subalterna inferior, marginalizada e subjugada. Tudo isso devido ao apagamento da história, referências e cultura do povo africano e conseqüentemente a geração do auto-ódio na pessoa negra, e a concretização do embranquecimento (FERNANDEZ; SOUZA, 2016).

Logo, no Brasil, o racismo se dá pelo tratamento diferenciado e estigmatizado a pessoas com fenótipos negros e pela cor. Isto é, pessoas que apresentam traços físicos africanos e cor da pele negra já se configuram como indivíduo vulnerável a sofrer ataques racistas e situações de discriminação racial. Contudo, no país essa temática é pouco discutida em políticas públicas, uma vez que as próprias instituições legitimam o racismo (FERREIRA; PINTO, 2014).

Dessa forma, identificar-se como uma pessoa negra já é um desafio que resulta não só pela resistência ao auto-ódio que a cultura brasileira sustenta, mas pela busca incessante de referências, histórias e um coletivo em comum que vivencia problemáticas semelhantes. Logo, a identidade da pessoa negra no primeiro momento da sua vida foi socialmente construída por uma sociedade hegemonicamente branca e eurocêntrica de modo que caracterizava o negro como um fenótipo ruim, inferior. Mas com movimentos sociais, como o feminismo negro, vê-se gradualmente a desconstrução dessa visão pejorativa (BARBOSA et al, 2019).

Especificando a identidade da mulher negra, encontram-se duas condições que historicamente a marginalizam mais ainda, que é seu gênero e sua cor (mulher e negra). Desde a época da escravidão a mulher negra era encarregada de serviços tanto braçais (trabalho árduo em lavouras), quanto da manutenção de afazeres domésticos e funções patriarcais. Além disso, carregava o papel na reprodução sexual de escravos e objeto sexual aos seus senhores (PEREIRA, 2012).

Pelo processo da escravidão que durou durante séculos, construiu-se uma imagem da mulher negra como sendo um ser desumanizado, uma vez que a mesma sofre coisificação, pois na maioria das vezes é retratada primeiramente pelo seu corpo, sexualizando-a. Por conta da falta de representatividade, do apagamento da identidade da mulher negra, assim como seu silenciamento e por conta dos processos sócio-históricos que levaram ao auto-ódio, é comum a mulher negra buscar a aquisição de traços de mulheres brancas, como nariz fino, cabelos lisos e pele mais clara. A negação de si mesma é causada também pela escassez de referências desencadeada pelo apagamento histórico. Logo, a mulher negra encontra-se em uma identidade que não é dela e sim da pessoa branca, o que anula sua própria existência e a silencia (GESSER; COSTA, 2018).

Essa condição de anulação da própria identidade configura-se como um quadro de violência no âmbito psíquico e é mantida como forma de dominação da raça hegemonicamente branca sobre a negra. Para romper com essa alienação racial, é necessário que o coletivo negro se una, a fim de se ver como semelhantes aos demais, que no caso seriam as mulheres negras dentro dos coletivos. Assim sendo, é preciso ter um afastamento significativo de referências de mulheres brancas e a inserção em grupos de mulheres negras, sendo coletivos feministas ou outras formas. Isso é viável para romper a supremacia do branco sobre o corpo negro (SILVA; NASCIMENTO, 2016).

A partir do momento em que a mulher negra toma consciência de que é uma mulher negra, pode-se reconstruir uma nova identidade na qual seja favorável a sua sanidade mental e a sua subjetividade (ASSIS; CANEN, 2004). Contudo, mesmo que a mulher negra tome

consciência da sua etnia e queira assumir sua identidade, no seu dia a dia será comum negar a si mesmo para que seja “aceita” em determinados ambientes, devido ao racismo estrutural, naturalizado na sociedade. Logo, ela vive uma dicotomia diária, entre ser e não ser, entre negar a si mesma ou assumir sua negritude. (SILVA, 2011).

Mesmo que a mulher negra crie mecanismos de autovalor e de defesa saudáveis sobre sua própria imagem e estima, é difícil que vá mantê-los em um meio social no qual sua identidade é constantemente desvalorizada e atrelada a isso a imagem branca sendo enaltecida. Dessa forma, quando a mulher negra atravessa as condições de cor, raça, gênero e classe, nas quais em cada uma dessas condições ela está sendo oprimida, denominam-se como sendo a Interseccionalidade (COSTA, 2019).

Este termo supracitado refere-se à mulher negra como um método de estudo na qual satisfaça as demandas e necessidades da mulher negra, na qual não foi atendida nem no feminismo e nem no movimento negro, pois no feminismo a luta antirracista ficou apenas na teoria e não ocorreu como práxis. Já no movimento negro, as demandas masculinas sobressaíam as das mulheres negras, o que as colocou em uma posição de silenciamento (COSTA; 2019).

Em suma, a identidade da mulher negra atravessa a violência não só de gênero, mas a discriminação racial e seus efeitos, como subalternidade e marginalização, além da banalização da violência contra o corpo negro. É importante ressaltar que mesmo que a mulher negra tenha um histórico de violências na sua identidade, a mesma não se configura como vítima e sim como resistente, e um exemplo evidente disso é o feminismo negro, que gradativamente ganha visibilidade (OLIVEIRA; 2009). O surgimento do feminismo negro¹ foi desencadeado como uma resposta às vozes de mulheres negras que até então estavam sendo silenciadas, nas quais começaram a se organizar e promover debates sobre suas condições e situações. Por conta dessa organização, foi possível levantar estudos sistemáticos sobre temas pertinentes a realidade da mulher negra, como a desconstrução de estereótipos, a desnaturalização e o combate à

¹ O surgimento do feminismo negro¹ foi desencadeado como uma resposta às vozes de mulheres negras que até então estavam sendo silenciadas, nas quais começaram a se organizar e promover debates sobre suas condições e situações. Por conta dessa organização, foi possível levantar estudos sistemáticos sobre temas pertinentes a realidade da mulher negra, como a desconstrução de estereótipos, a desnaturalização e o combate à violência, a busca pela representatividade e empoderamento, e este vai a todas as mulheres negras, de qualquer condição social. Já interseccionalidade refere-se à diferenciação de opressões que mulheres negras sofrem, sendo a classe, raça e gênero os principais marcadores nessa diferenciação. É considerado as camadas de complexidade manifestadas nas diversas formas de opressão. Dessa forma, esse termo sugere a sobreposição de fatores que resultam em condições de subordinação na qual a mulher negra é submetida. (LOPES; 2020).

violência, a busca pela representatividade e empoderamento, e este vai a todas as mulheres negras, de qualquer condição social. Já interseccionalidade refere-se à diferenciação de opressões que mulheres negras sofrem, sendo a classe, raça e gênero os principais marcadores nessa diferenciação. É considerado as camadas de complexidade manifestadas nas diversas formas de opressão. Dessa forma, esse termo sugere a sobreposição de fatores que resultam em condições de subordinação na qual a mulher negra é submetida. (LOPES; 2020).

Dessa forma, a identidade da mulher negra nos primeiros anos já começa com uma espécie de violência, pois a ela se é negado representatividade e um lugar no mundo por meio da subjetividade, uma vez que a valorização da sua raça não acontece na realidade. Além disso, a mesma desenvolve o apagamento de si mesma até a fase adulta por paradigmas sociais nos quais a subjuga a uma posição de inadequada devido a sua cor e a seus traços africanos. E a mulher branca é supervalorizada, não só pela sua cor, mas pela posição de supremacia social que historicamente ocupou ao decorrer dos séculos (SOUZA; 2017).

Logo, falar de identidade da mulher negra pode ser um processo dolorido e penoso, mas ao mesmo tempo requer resistência e posturas revolucionárias, nas quais as mesmas são protagonistas do seu processo emancipatória e da desconstrução da visão do colonizador sobre o corpo e identidade da mulher que se autodeclara como negra. Com isso, fica evidente que aspectos psicossociais estão atrelados a este processo de reconstrução dessa identidade.

3 METODOLOGIA

3.1 DESENHO DO ESTUDO (TIPO DE ESTUDO) E PROCESSO DE PESQUISA

Esta pesquisa classifica-se como uma abordagem aplicada, pois busca relacionar o material teórico com os dados obtidos em campo, e por meio disso investigar e confrontar as hipóteses levantadas neste trabalho e alcançar os resultados. Quanto a sua natureza, classifica-se como pesquisa qualitativa, uma vez que dados estatísticos não são a preocupação primordial, e sim as vivências das participantes do presente estudo em uma análise subjetiva. Já sobre os objetivos metodológicos, é uma pesquisa exploratória, pois foram aplicados questionários para explorar uma temática que carece de maior visibilidade atualmente. Sobre os procedimentos, a pesquisa foi de campo, pois houve coleta de dados por meio da aplicação dos questionários (NAVES, 1998).

3.2 LOCAL E PERÍODO DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa foi feita em Palmas – TO, por meio da aplicação de um questionário feito pelo Formulário Google e realizado de forma *online*, pois o contexto atual de pandemia não favoreceu encontros presenciais. O questionário foi disponibilizado entre os meses de Abril e Maio de 2021 para as participantes responderem no horário conveniente a elas.

3.3 “OBJETO DE ESTUDO OU POPULAÇÃO” E AMOSTRA

Este trabalho buscou estudar, com dados não probabilísticos, o racismo e suas implicações na saúde mental de mulheres negras. Com isso, as respondentes da pesquisa são mulheres que se autodeclararam negras e se ocorre ou não sofrimento psíquico por se autodeclarar dessa etnia. Estas, por sua vez, são maiores de dezoito anos, alfabetizadas e residentes em Palmas-TO. O questionário foi autoaplicável, e o total de participantes que foram entrevistadas foram de nove, sendo esta uma amostra por conveniência.

A forma de seleção foi efetuada por meio de divulgação em redes sociais, onde foi disponibilizado o *link* com a ficha de inscrição para as interessadas. As participantes se inscreveram, e atenderam aos critérios de inclusão e concordaram em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Esse tipo de seleção adequa-se ao que Martins (2002 apud Arango et al, 2008) denomina de amostragem não probabilística por conveniência, pois o pesquisador amplia sua amostra sem critérios rígidos de seleção.

3.4 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Os critérios de inclusão foram mulheres que se autodeclararam negras, que moram na cidade de Palmas - TO e maiores de 18 anos. Já os de exclusão foram mulheres analfabetas, uma vez que o questionário foi realizado de forma *online* e autoaplicável, e as que responderem o questionário de forma incompleta.

3.5 VARIÁVEIS

As variáveis independentes foram o racismo como uma forma de estrutura social e causador de sofrimento psíquico em mulheres negras. Já as dependentes são as experiências e as implicações do racismo nas participantes, assim como a aplicação do questionário.

3.6 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS, ESTRATÉGIAS DE APLICAÇÃO, REGISTRO, ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Para que ocorra a coleta de dados, houve a aplicação do questionário, que teve a finalidade de buscar relatos, vivências e experiências de violência na história da mulher que se autodeclara negra e por isso sofre o racismo, que reverbera em vários aspectos (psicológicos, sociais, fisiológicos etc.). A aplicação de questionário, que foi aplicado de forma obrigatória em todas as afirmativas objetivas, é um método de coleta de dados comum em pesquisa científica (REIS, 2015).

O instrumento utilizado neste trabalho foi no modelo de escala *Likert*, a qual dispõe de cinco alternativas, que são: “discordo fortemente”, “discordo parcialmente”, “não concorda e nem discorda”, “concorda” e “concordo fortemente” e as participantes puderam assinar apenas uma das opções em cada uma das afirmativas feitas (DALMORO; VIEIRA, 2014).

Além disso, no questionário teve uma legenda que representa a pontuação de cada uma das opções da escala. Isto é, na opção de “concordo totalmente”, a pontuação que ela assinou foi cinco, já na opção de “concordo”, foi quatro e na opção de “não concordo e nem discordo”, a pontuação foi de três. Já na alternativa “discordo parcialmente” os pontos são apenas dois e por fim, a resposta de “discordo totalmente, o valor foi de um ponto.

Houve um total de 20 afirmativas para serem avaliadas pelas participantes, nas quais 18 são objetivas, de acordo com a escala *Likert*, e as duas últimas são discursivas, buscando relatos de violência ou sofrimento psíquico por meio do racismo.

O questionário teve um formato de autoaplicação, no qual o *link* foi disponibilizado após a participante entrar em contato com a pesquisadora acadêmica, através do banner de

divulgação. A sua duração foi em cerca de 20 minutos. Os dados coletados por meio do questionário foram categorizados em gráficos.

Os resultados foram analisados de acordo com as temáticas discutidas no referencial teórico, sobre a trajetória escravocrata no Brasil, sobre a saúde da população negra e sobre a identidade da mulher negra no referencial teórico, que discutem sobre esses assuntos. As participantes, casos desejarem, receberão uma cópia da versão final deste estudo via e-mail, o que foi acordado durante a leitura do TCLE bem como o período pós apresentação da pesquisa em banca para que as participantes solicitem acesso aos resultados.

3.7 ASPECTOS ÉTICOS

Como este trabalho envolve diretamente a participação de seres humanos, foi submetido à análise do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos através do cadastro na Plataforma Brasil. Este Comitê encontra-se no seguinte endereço: Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA), Avenida Teotônio Segurado, 1501 Sul, Palmas-TO, com o CEP 77.018-900, na sala 541, prédio 5, o qual este se encontra no Complexo Laboratorial, que é no 1º piso.

Depois da aprovação pelo Comitê, a pesquisa começou pela divulgação em redes sociais (Instagram e WhatsApp) por meio de um banner informativo que convidou mulheres negras a se tornarem participantes da pesquisa. Quando alguma participante manifestou interesse, esta pressionou um ícone na tela do seu dispositivo eletrônico de que concorda com o TCLE, uma vez que este documento apareceu na íntegra como a primeira página do questionário. E quando alguma terminou de preencher, a acadêmica-pesquisadora foi notificada pelo e-mail e assim contabilizou quantas já responderam.

As interessadas satisfizeram os critérios de inclusão, assim como a disposição em relatar suas experiências com o racismo a partir da sua identidade como mulher negra. Foi importante destacar para elas que o sigilo vai ser totalmente rigoroso a fim de evitar constrangimentos.

3.7.1 Riscos

De acordo com a resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, os riscos desta pesquisa foram associados a um possível desencadeamento de sofrimento psíquico, moral, social e, de determinado ponto de vista, espiritual, fruto das reminiscências desagradáveis provindas do racismo. Muitos desses riscos foram mínimos de serem suscitados pela presente pesquisa. Contudo, a participante teve a autonomia para desistir da pesquisa a qualquer

momento sem acarretar malefícios ou qualquer tipo de penalidade. Riscos que envolvam a integridade física não foram envolvidos nessa pesquisa.

Se ocorrer algum prejuízo oriundo da presente pesquisa e comprovado com decisão judicial ou extrajudicial, a participante estará garantido atendimento qualificado assim como as devidas indenizações. Se a participante precisar de algum suporte, a pesquisadora-acadêmica fará acolhimento *online*, que é uma escuta qualificada e, caso for uma situação de cunho urgente e grave, o encaminhamento à professora-pesquisadora será feito de imediato, a qual irá prestar atendimento psicoterapêutico *online* ou indicar a outro psicoterapeuta, sem nenhum custo à participante.

3.7.2 Benefícios

Os benefícios deste trabalho estão diretamente relacionados a uma autoanálise sobre o racismo e como isso afetou na formação da identidade das participantes. Além disso, amadurecer o senso crítico sobre como o racismo afeta não só a subjetividade da mulher negra, mas a atinge em várias circunstâncias, incluindo sociais, psicológicas e até mesmo biológicas, estas fruto de possível violência física. Por fim, buscou-se disponibilizar maiores subsídios com este tema de pesquisa, pois ainda se encontra bastante escasso.

3.7.3 Desfechos

3.7.3.1 Primário

Para os desfechos primários, obteve-se relação direta entre os dados obtidos pelo questionário com o referencial teórico apresentado neste trabalho. Além disso, suscitou uma possível reflexão nas participantes, ao responder o questionário, sobre as implicações que o racismo causou em sua identidade como mulher que se autodeclara negra. E por meio disso, buscou desenvolver maior criticidade sobre as estruturas sociais e seus impactos na subjetividade da mulher negra.

3.7.3.2 Secundário

Como desfecho secundário, o presente trabalho pode servir como material que incrementou o arsenal de pesquisa sobre racismo, mulher negra e identidade. Isso pode servir de base para futuros estudos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O questionário ficou disponível para aplicação entre o mês de Abril e Maio e nesse intervalo, 9 (nove) participantes responderam de forma integral. As respostas foram examinadas e, os dados respondidos de cada uma das participantes foram analisados sistematicamente. Ou seja, as respostas das nove participantes foram consideradas. Nesta seção foram apresentados os resultados da pesquisa através da aplicação do questionário e em seguida o relacionamento feito entre os dados apurados e o referencial teórico construído neste trabalho. Em cada uma das afirmativas apresentou-se um gráfico que representa, em dados probabilísticos, o percentual e o número de respostas para cada opção marcada pelas participantes.

A discussão dos resultados está dividida em dois grandes eixos analíticos, que são: o racismo e suas consequências na saúde mental da mulher negra e os impactos acarretados à mulher negra pela aderência a sua identidade. Algumas afirmativas estão de acordo com o primeiro eixo e as demais, de acordo com o segundo. Segue abaixo esses dois eixos analíticos usados para a discussão dos resultados apurados e não no questionário, e suas respectivas afirmativas.

No Eixo Analítico 1, que está ilustrado abaixo, são as assertivas que se referem sobre as consequências do racismo na mulher negra em questões relacionadas a aspectos do racismo e suas reverberações desde a infância até a fase adulta, quando teve consciência e contato com o racismo e como ele está presente não só em suas fases do desenvolvimento, mas nas situações do seu dia a dia. As afirmativas estão numeradas conforme foram apresentadas no questionário para as participantes.

Imagem 1. Ilustração sobre as assertivas referentes ao Eixo Analítico 1.

Eixo Analítico 1- O racismo e suas consequências na saúde mental da mulher negra
1-Está ciente do que é racismo.
2-Já presenciou alguma situação racista no seu dia a dia.
3-Na sua infância, era comum você receber apelidos que hoje são considerados racistas.
7- Já teve situações em que se achava inferior aos demais por alguma experiência racista no passado.
8-Deixou de fazer alguma atividade ou evitou algum comportamento por medo de sofrer racismo.
12-Em sua trajetória de vida, já teve vergonha de possuir traços negroides, como por exemplo: nariz alargado, lábios carnudos, pele retinta ou cabelos crespos.
13-Já passou por discriminação racial em um ambiente público ou privado em sua trajetória de vida.
14-Já teve alguma reação fisiológica (dor de cabeça, tremores, palpitações excessivas etc) por ter passado por alguma situação de preconceito racial.

Fonte: Elaboração própria.

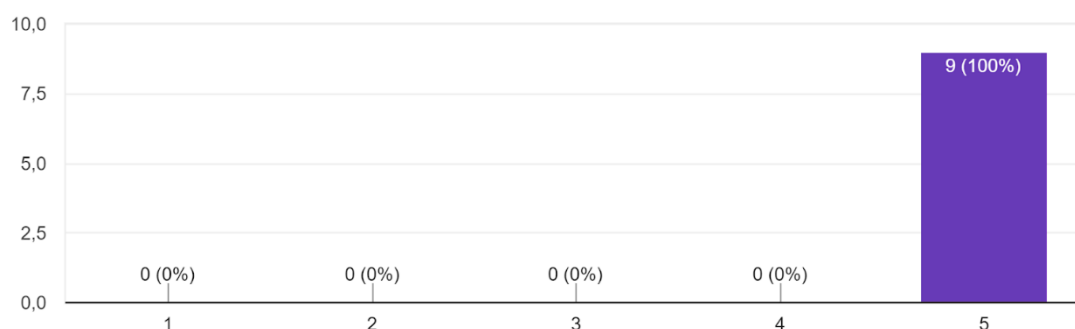
O racismo e suas consequências na saúde mental da mulher negra

A primeira afirmativa do questionário se refere ao significado do racismo, ilustrado pelo gráfico 1. De acordo com as respostas, das nove participantes, todas estão cientes do que significa esse conceito, pois toda assinalaram que “Concorda fortemente”, o que equivale a 100%.

Gráfico 1: Respostas referentes a ciência do conceito sobre Racismo.

Está ciente do que é racismo.

9 respostas



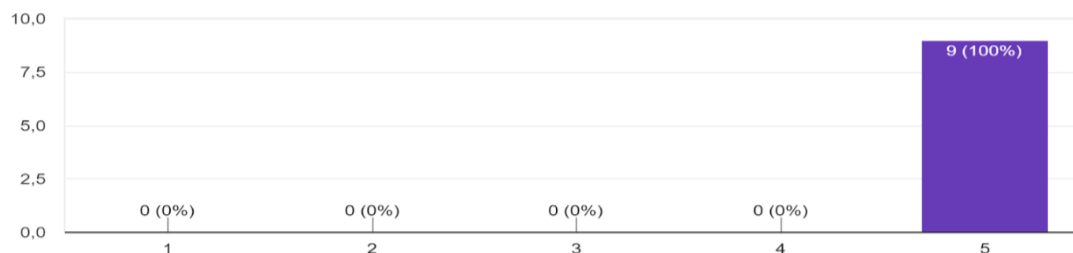
Fonte: Elaboração própria

Na afirmativa seguinte, que é representado pelo gráfico 2, que foi sobre experienciar alguma situação racista em seu cotidiano, a taxa de respostas foi de totalidade, com 100% afirmando que “Concordo fortemente”, o que significa que das nove participantes, todas já vivenciaram e por conta disso, conseguiram consequentemente identifica-lo, pois um mecanismo está atrelado ao outro, isto é, o conceito de racismo está intrinsecamente ligado a sua identificação; logo, as participantes conseguiram identificar como racista alguma situação no seu dia a dia por antes saber o conceito de racismo.

Gráfico 2: Dados sobre a vivência de Racismo no dia a dia.

Já presenciou alguma situação racista no seu dia a dia.

9 respostas



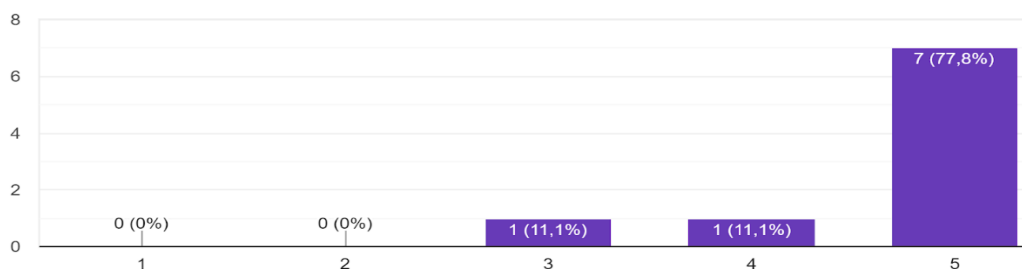
Fonte: elaboração própria.

De acordo com Major et al. (2002), quanto maior a compreensão de identidade racial, maior será os riscos de se apresentar estressores. Logo, assim como a primeira assertiva comprova isso, a segunda também, pois as participantes já conseguiram compreender, por meio de identidade racial, que vivenciaram racismo por ter consciência do que significa esse termo.

Gráfico 3: Informações sobre apelidos Racistas na Infância.

Na sua infância, era comum você receber apelidos que hoje são considerados racistas.

9 respostas



Fonte: elaboração própria.

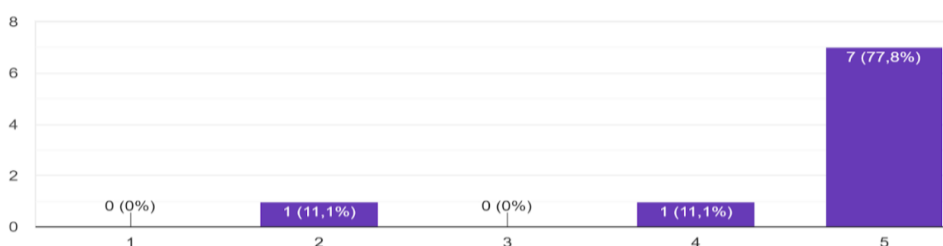
Na afirmativa que procurou saber sobre a infância das participantes, como exibe o gráfico 3, e se nessa fase passaram por alguma situação racista na qual hoje elas têm consciência disso, sete afirmaram que “concorda fortemente”, o que corresponde a 77,8%, uma afirmou que “Concorda em parte”, que representa 11,1% e uma afirmou que “Não concorda nem discorda”, que condiz a 11,1% também “Não concorda nem discorda”. Por meio dessa assertiva, é possível inferir o que Souza (2017) afirma a respeito da formação da identidade da mulher negra, na qual perpassa por uma trajetória de apagamento aos seus traços e conseqüentemente a incorporação de características da branquitude, como cabelo alisado, tentativas de cirurgia para afinar o nariz, entre outras. Isto é, desde a infância mulheres negras tem sua identidade apagada e surge a tentativa de se assemelhar a referências brancas, o que resulta na criação do auto-ódio.

Na afirmativa que buscou saber sobre o sentimento de inferioridade na mulher negra por ter vivenciado no passado experiências racistas, como ilustra o gráfico 4 abaixo, sete afirmaram que “Concordo fortemente”, que equivale a 77,8%, uma afirmou que “Concordo em parte”, que representa 11,1% e apenas uma afirmou que “Discordo em parte”, que indica 11,1%.

Gráfico 4: Dados sobre situações Racistas atrelados ao sentimento de Inferioridade.

Já teve situações em que se achava inferior aos demais por alguma experiência racista no passado.

9 respostas



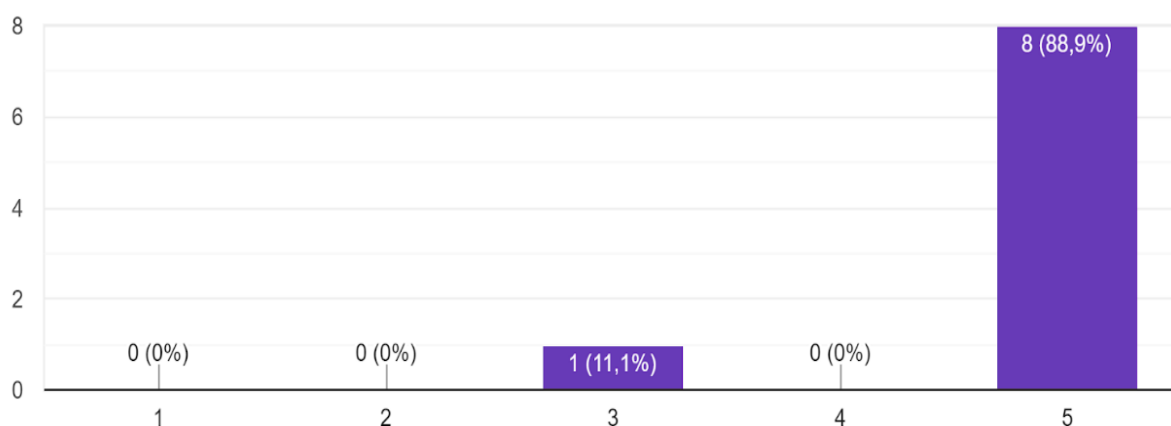
Fonte: elaboração própria.

Já na afirmativa que trata sobre a mudança de comportamento da mulher, por deixar de fazer alguma ação pelo medo de sofrer racismo, como mostra o gráfico 5, das nove participantes, oito afirmaram que “Concordo fortemente, que é 88,9% e apenas uma afirmou que “Não concordo e nem discordo”, que representa 11,1%.

Gráfico 5: Respostas sobre consequências do medo de sofrer Racismo e tentativa de evitá-lo.

Deixou de fazer alguma atividade ou evitou algum comportamento por medo de sofrer racismo.

9 respostas



Fonte: elaboração própria.

Nessas duas assertivas, que são apresentadas pelos gráficos 4 e 5, é possível confirmar o que Guimarães (2004) afirma sobre o estereótipo da pessoa preta, na qual na maioria das vezes é representado como algo majoritariamente negativo, inconveniente, defeituoso e consequentemente afeta a autoimagem da pessoa preta.

Quando se trata da mulher negra, muitas vezes seu desempenho é questionado não só pela sua pele, mas pelo seu gênero, seja no trabalho, na academia, ou em outros ambientes, pois o sentimento de inferioridade deve-se a essa construção social machista, sexista e racista (COSTA, 2019).

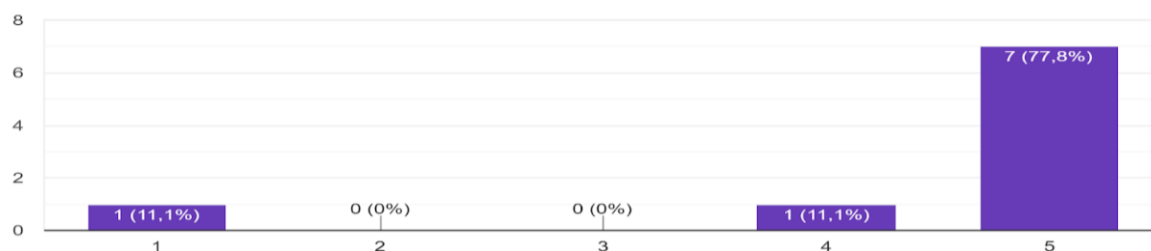
Isso fica bastante evidente nos dados trazidos, nas quais 88% das participantes afirmaram que já se sentiram inferiores e evitaram fazer certas ações por temer sofrer racismo. Logo, a insegurança e o sentimento de inferioridade têm relação direta com as experiências racistas que as participantes já passaram, o que as fazem duvidar da sua capacidade e muitas vezes, não executar o que querem por temer o racismo.

Na afirmativa que buscou saber sobre a ocorrência de sentir constrangimento de possuir traços físicos de raízes africanas, como apresenta o gráfico 6, sete afirmaram que “Concordo fortemente”, que é 77,7%, apenas uma marcou “Concordo em partes”, que é 11,1% e apenas uma marcou “Discordo fortemente”, que é 11,1%.

Gráfico 6: Dados sobre o Constrangimento de possuir traços Negróides.

Em sua trajetória de vida, já teve vergonha de possuir traços negroides, como por exemplo: nariz alargado, lábios carnudos, pele retinta ou cabelos crespos.

9 respostas



Fonte: elaboração própria.

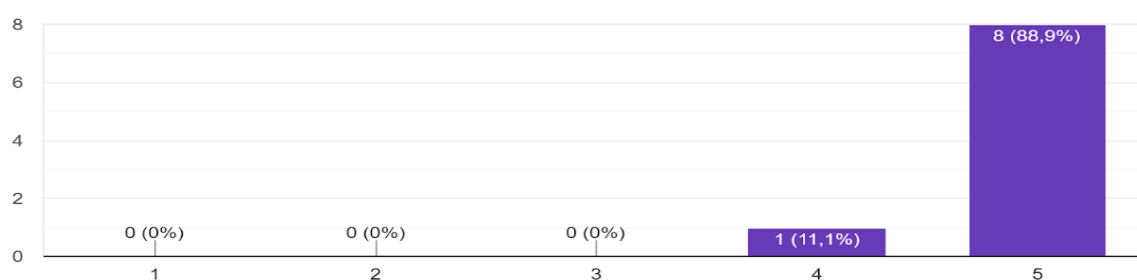
Nessa afirmativa, ilustrada pelo gráfico 6, Barbosa, et al. (2019) declara que pessoas que apresentam traços negróides mais ligados aos africanos, são bem mais suscetíveis a sofrerem racismo. Além disso, garante que o auto ódio da mulher negra e suas características são um processo de construção, na qual a referência de beleza normativa é a mulher branca com traços europeizados e finos. Logo, ter ódio e manifestar o apagamento de suas características naturais na mulher negra, é uma manifestação cruel e violenta do racismo, uma vez que anula a subjetividade e a estética da mulher negra quando se tem auto ódio de sua própria imagem.

Na afirmativa que retrata a vivência de uma situação de discriminação racial em diferentes ambientes, como mostra o gráfico 7 abaixo, a resposta foi de 88,9%, que condiz com oito participantes que assinalaram “Concordo fortemente” e apenas uma assinalou “Concorda em partes” que representa 11,1%. É possível inferir que todas as participantes já passaram por alguma situação racista, seja em ambiente público e privado e isso confirma o racismo institucional que estudos já apontaram, nos quais instituições legitimam o racismo, fazendo que ações discriminatórias raciais sejam apagadas ou silenciadas quando são manifestadas (FERREIRA; PINTO, 2014, SILVA; CHAI, 2018).

Gráfico 7: Dados sobre experiências de Discriminação Racial em ambientes públicos ou privados.

Já passou por discriminação racial em um ambiente público ou privado em sua trajetória de vida.

9 respostas



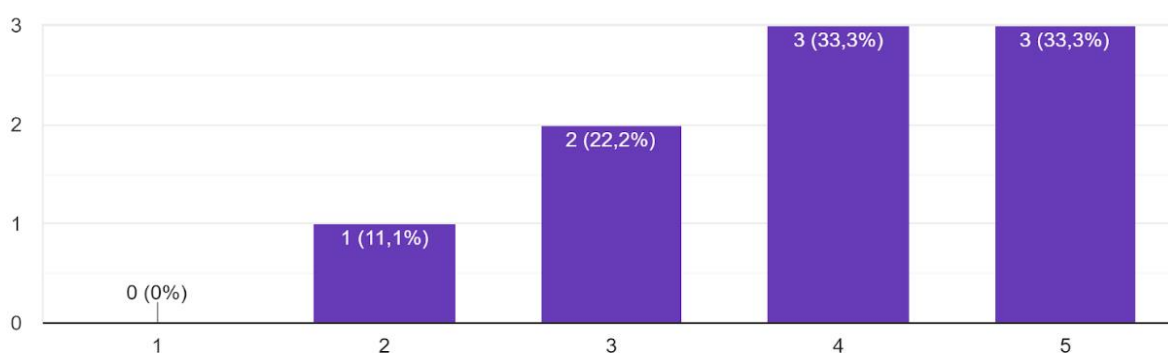
Fonte: elaboração própria.

Na afirmativa seguinte, que foi sobre manifestar por meio de sintomas físicos reações que o racismo acarretou sobre as participantes, como apresenta o gráfico 8, relacionadas a um certo estresse, três assinalaram que “Concorda fortemente”, que corresponde a 33,3%, três assinalaram “Concordo em partes”, que condiz a 33,3%, duas marcaram que “Não concordo e nem discordo”, que equivale a 22,2% e apenas uma marcou que “Discordo em partes”, que indica 11,1% do total.

Gráfico 8: Respostas sobre Reações Fisiológicas causadas pelo Racismo.

Já teve alguma reação fisiológica (dor de cabeça, tremores, palpitações excessivas etc) por ter passado por alguma situação de preconceito racial.

9 respostas



Fonte: elaboração própria.

Dessa forma, mesmo com esses resultados mistos e variados, é possível deduzir que as reações fisiológicas causadas por vivências do racismo muitas vezes desencadeiam um estresse crônico, e altos índices de depressão e humor deprimido (MARTINS; LIMA; SANTOS, 2020). O gráfico acima indica que metade das participantes afirmaram que de certa maneira, o racismo desencadeou nelas reações ansiogênicas, que foi cerca de seis participantes ao total. Essa amostra já é suficiente para reafirmar que o racismo, de fato, causa estresse e se configura como uma variável na qual contribui para desfavorecer a saúde mental de mulheres negras.

Já no Eixo Analítico 2, ilustrado na imagem abaixo, são assertivas relacionadas a questão da identidade da mulher negra e suas respectivas consequências provenientes do racismo. Isto é, neste eixo estão as afirmativas que apresentam questões relacionadas a aderência das participantes a sua identidade como mulher negra e suas respectivas complicações nos ciclos relacionais. Vão desde relações com familiares, amigos e relacionamentos afetivos a relações em outros ambientes, como no ambiente de trabalho. As afirmativas estão numeradas na Imagem 2 conforme foram apresentadas no questionário para as participantes.

Imagem 2: Ilustração sobre as afirmativas do Eixo Analítico 2.

Eixo Analítico 2- Impactos acarretados à mulher negra pela adereência a sua identidade

- 4- Percebe-se como mulher negra desde a infância até a fase adulta
- 5-Percebe-se como mulher negra por estudos e contato com o feminismo negro.
- 6-Já vivenciou ser preterida (rejeitada) pelos seus pares por uma mulher branca em suas relações amorosas e/ou afetivas.
- 9- Passou por situações de assédio nas quais hipersexualizaram seu corpo por se autodeclarar negra.
- 10-Sofreu psicologicamente por terem objetificado seu corpo como mulher negra.
- 11-Sentiu-se em um estado profundo de solidão por ter uma identidade de mulher negra e ao mesmo tempo ser excluída ou rejeitada por pares amorosos ou amigos ou em um determinado ambiente.
- 15-Teve situações nas quais se sentiu incapaz de fazer determinada tarefa por ser visto pelos outros como incapaz devido a sua cor e por ser mulher.
- 16-Acredita que sua autoestima já foi muito afetada negativamente por sua cor ser representada socialmente como algo negativo, na maioria das vezes.
- 17-Identifica-se como mulher negra atualmente e encara essa identidade como algo negativo e penoso para si mesma.
- 18-Identifica-se como mulher negra hoje e encara essa identidade com um sentimento de pertencimento e orgulho.

Fonte: elaboração própria.

Impactos acarretados à mulher negra pela aderência a sua identidade.

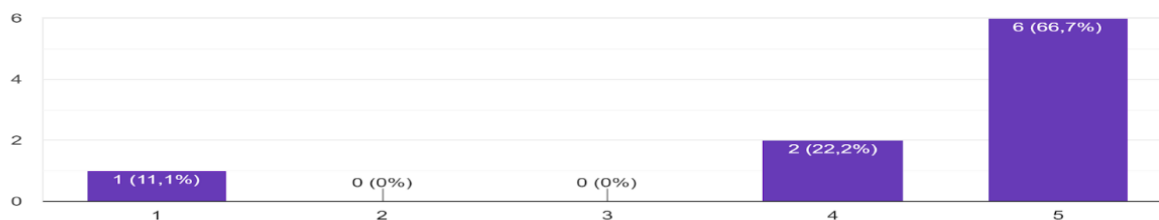
Na afirmativa que retrata sobre o preterimento da mulher negra em relação a branca sobre assumir relações afetivas diante da sociedade de seus pares, ilustrado pelo gráfico 9, seis assinalaram a opção de “Concordo fortemente”, que representa 66,7%, duas marcaram a opção de “Concordo em partes”, que condiz a 22,2% e apenas uma marcou “Discordo fortemente”, que condiz a 11,1%.

Como a maior parte das participantes da pesquisa nessa afirmativa concordou de que há o preterimento da mulher preta em relação a branca, foi possível confirmar de que de fato, o ideal branco de beleza e de amor está atrelado a exclusão da mulher negra, sendo esta última vista como uma imagem de lascívia, fornicação e hipersexualização, por causa das práticas e herança de violência da escravidão. Isso reforça a prática da miscigenação que perdura ainda hoje, pois quando homens, tanto negros quanto brancos, procuram seus pares para se casar e constituir uma família, o par geralmente é branco, afim do filho não herdar traços negroides (MESSIAS; AMORIM, 2019).

Gráfico 9: Dados sobre o Preterimento da Mulher Negra em relações afetivas.

Já vivenciou ser preterida (rejeitada) pelos seus pares por uma mulher branca em suas relações amorosas e/ou afetivas.

9 respostas



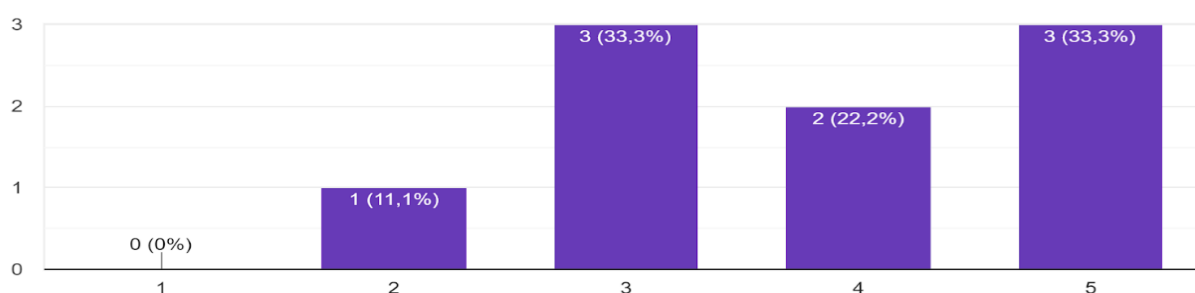
Fonte: elaboração própria.

A afirmativa que aborda sobre a hipersexualização do corpo da mulher negra e ocorrência de assédios, como exhibe o gráfico 10, trouxe os seguintes resultados: das nove participantes, três responderam que “Concordo fortemente”, que é 33,3% do total, duas responderam que “Concordo em partes”, que significa 22,2%, outras três responderam que “Não concordo e nem discordo”, que representa 33,3% e apenas uma assinalou a opção “Discordo em partes”, que é 11,1%. Mesmo com muita variância entre as respostas, é possível depreender que há uma herança da escravidão que vigora ainda atualmente sobre o corpo da mulher negra, que é a violência sexual. Como a mulher negra na escravidão era usada como objeto sexual, essa prática foi herdada e sua imagem atrelada a um estereótipo hipersexualizado (FERNANDES, 2016).

Gráfico 10: Dados sobre a Hipersexualização do corpo da Mulher Negra.

Passou por situações de assédio nas quais hipersexualizaram seu corpo por se autodeclarar negra.

9 respostas



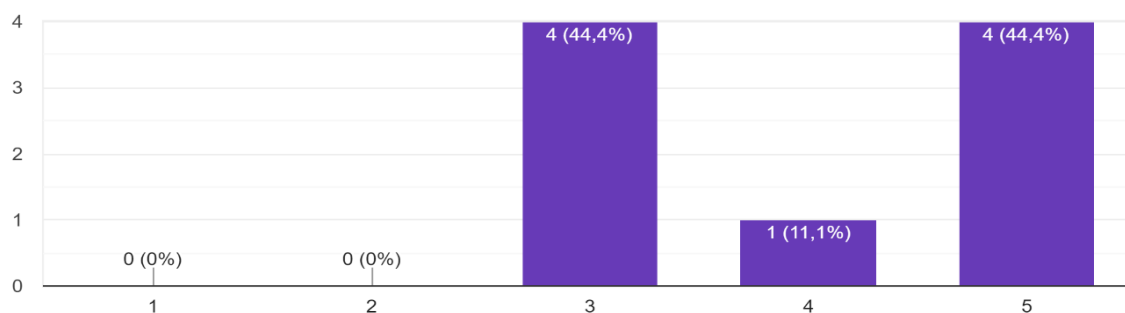
Fonte: elaboração própria.

Na assertiva na qual a participante afirma que já passou por algum sofrimento psicológico sobre a objetificação do seu corpo por ser uma mulher negra, como mostra o gráfico 11 abaixo, quatro responderam que “Concordo fortemente”, que representa 44,4%, uma respondeu que “Concordo em partes”, que é 11,1%, e quatro responderam que “Não concorda e nem discorda”, que é 44,4%.

Gráfico 11: Respostas sobre a Objetificação da Mulher Negra.

Sofreu psicologicamente por terem objetificado seu corpo como mulher negra.

9 respostas



Fonte: elaboração própria.

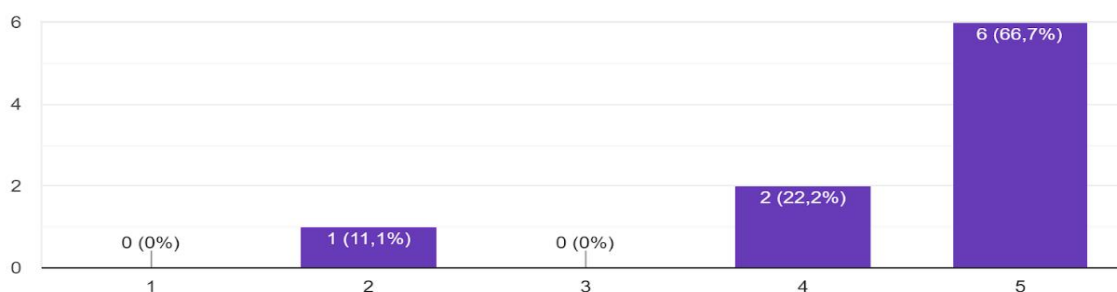
Tais dados comprovam mais uma vez que a hipersexualização ligada ao corpo negro da mulher acarreta sofrimento psíquico, pois ela passa por um processo de objetificação, ou coisificação, na qual ela é vista como um objeto de prazer ao homem, assim como na escravidão, anulando toda a sua subjetividade e complexidade, inerente a condição de ser humano. Logo, a mulher negra fica mais suscetível a passar por situações como essa, de sofrimento psíquico (TEIXEIRA; QUEIROZ, 2017).

A afirmativa que retratou sobre a solidão da mulher negra em vários ambientes, não só no aspecto amoroso mas no trabalho ou entre amigos e pares comuns, por assumir sua identidade e negritude, como apresenta o gráfico 12, teve seis respostas nas quais escolheram a opção “Concordo fortemente”, que corresponde a 66,7%, e duas escolheram “Concordo em partes”, que equivale a um percentual de 22,2% e apenas uma assinalou “Discordo em partes”, que condiz a 11,1%.

Gráfico 12: Dados sobre a Solidão da Mulher Negra por conta da sua identidade.

Sentiu-se em um estado profundo de solidão por ter uma identidade de mulher negra e ao mesmo tempo ser excluída ou rejeitada por pares amorosos ou amigos ou em um determinado ambiente.

9 respostas



Fonte: elaboração própria.

Tais resultados demonstram que assumir a identidade racial pode ser um fator de risco, pois como comprovado no gráfico abaixo, grande parte das participantes já se sentiram excluídas por sustentarem essa identidade. Dessa forma, assumir-se como mulher negra pode

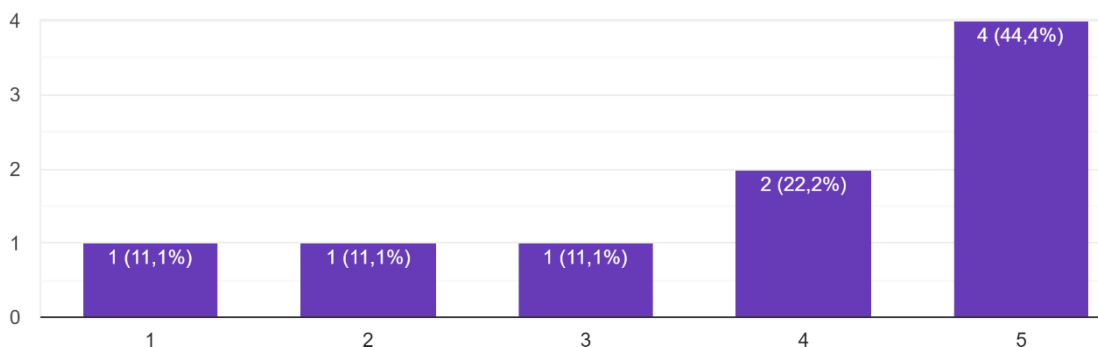
ser causador de estresse e manifestação de solidão (SOUZA, 2008; MESSIAS; AMORIAS, 2019; MARTINS; LIMA; SANTOS, 2020).

Na afirmativa abaixo, que retrata mais uma vez, mas de maneira mais específica, o sentimento de inferioridade e incapacidade devido a sua cor e ao seu gênero, como exibe o gráfico 13 abaixo, as respostas obtidas foram: quatro responderam que “Concordo fortemente”, que condiz a 44,4%, duas responderam “Concordo em partes”, que condiz a 22,2%, uma respondeu que “Não concordo e nem discordo”, que equivale a 11,1%, assim como uma respondeu que “Discordo em partes”, com o mesmo percentual e apenas uma assinalou que “Discordo fortemente”, com o mesmo percentual da anterior.

Gráfico 13: Dados sobre a Interseccionalidade da Raça e do Gênero.

Teve situações nas quais se sentiu incapaz de fazer determinada tarefa por ser vista pelos outros como incapaz devido a sua cor e por ser mulher.

9 respostas



Fonte: elaboração própria.

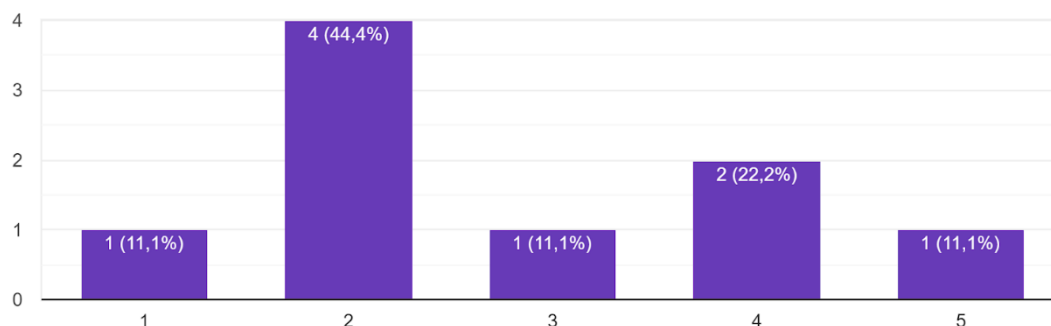
Por meio desses dados, infere-se que há um auto-ódio construído baseado pelo padrão hegemônico branco, que é usado de referência não só como beleza, mas como produção de conhecimento e estudos. Mais uma vez é possível incluir aqui também a Interseccionalidade, no qual pelo gênero e raça, a mulher negra perpassa e atravessa violências complexas e sistemáticas (BARBOSA, et al, 2019; SOUZA, 2008; COSTA, 2019).

Na afirmativa que busca compreender sobre a identidade da mulher negra e sua aderência, como exibe o gráfico 14, assim como se perceber como tal, desde a infância, das nove participantes, quatro afirmaram que “Discordo em partes”, que corresponde a 44,4%, uma afirmou que “Discordo totalmente”, que foi 11,1%, uma afirmou que “Não concorda e nem discorda”, que representa 11,1% e duas afirmaram que “Concordo em partes”, que indica 22,2% e apenas uma assinalou que “Concordo fortemente”, que indica 11,1%.

Gráfico 14: Dados sobre a Formação da Identidade da Mulher Negra por representatividade.

Percebe-se como mulher negra desde a infância até a fase adulta.

9 respostas



Fonte: elaboração própria.

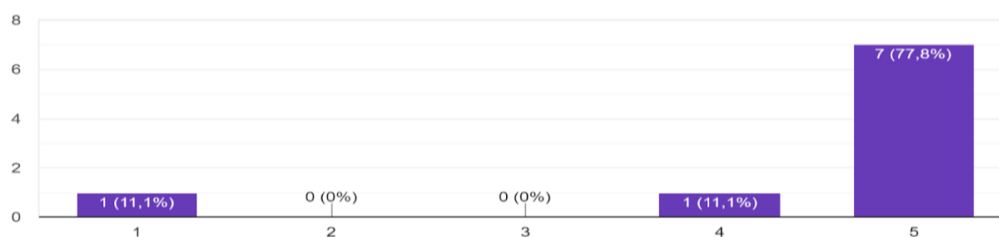
Esses dados comprovam que a trajetória da mulher negra, desde sua tenra idade, é perpassada por um processo de apagamento em sua identidade, uma vez que não há referências positivas na mídia e nos ambientes que as cerca, assim como em posições de poder. Logo, uma criança negra, mesmo que nasça em condições sociais muito favoráveis, sua representatividade será quase escassa por falta de referências, que são pouquíssimas e quando surgem, remetem a uma imagem negativa (FERNADEZ; SOUZA, 2016; GESSER; COSTA, 2018).

Na afirmativa que aborda sobre a aquisição da identidade de mulher negra, que ocorreu através da vertente feminista negra e por estudos próprios, como mostra o gráfico 15 abaixo, sete responderam que “Concordo fortemente”, no qual representa o percentual de 77,8%, uma respondeu que “Concordo em partes” que indica 11,1% do total e apenas uma respondeu que “Discorda totalmente”, que condiz a 11,1%. Por meio desses dados, podemos inferir que mesmo que a identidade racial seja um fator de risco, é também um fator de proteção, pois há a noção de pertencimento a alguma comunidade, e crenças de autovalor podem ser desenvolvidas quando se adere a pares comuns e em comunidades de mulheres negras, seja por estudos, ou por movimentos feministas ou pela militância (ASSIS; CANEN, 2004; SILVA, 2011; SELLERS; et al. 2003).

Gráfico 15: Dados sobre a Formação da Identidade da Mulher Negra pelo Feminismo Negro.

Percebe-se como mulher negra por estudos e contato com o feminismo negro.

9 respostas



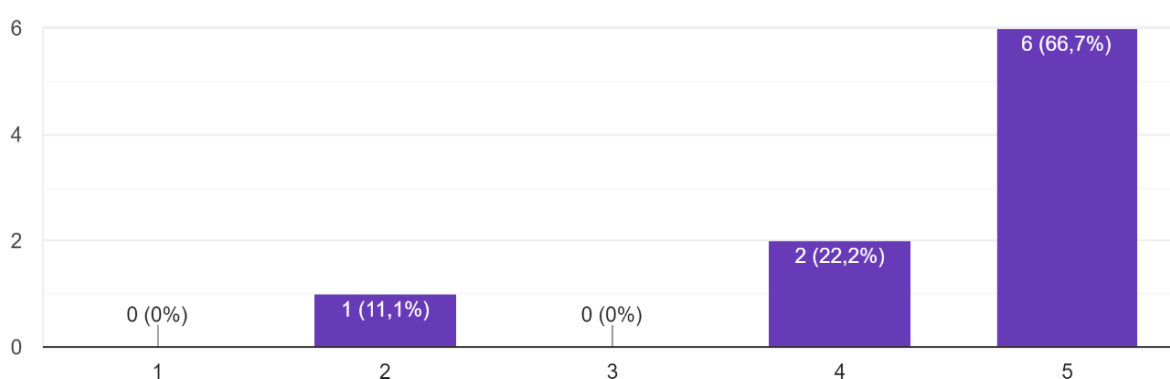
Fonte: elaboração própria.

Na assertiva na qual se refere a construção da autoestima da participante, na qual foi representada como algo negativo, como exibe o gráfico 16, seis assinalaram que “Concordo fortemente”, que condiz a 66,7%, duas assinalaram que “Concordo em partes” que indica 22,2%, e apenas uma assinalou que “Discordo em partes”, que condiz a 11,1%.

Gráfico 16: Respostas sobre Autoestima da Mulher Negra e sua representação social.

Acredita que sua autoestima já foi muito afetada negativamente por sua cor ser representada socialmente como algo negativo, na maioria das vezes.

9 respostas



Fonte: elaboração própria.

Esses resultados confirmam sobre a construção da identidade da mulher negra, que muitas vezes é vista pelo viés sexual e erotizado, além de ser desprovida de qualidades boas ou humanas, ou quando é representada, é pelo viés de servidão e de prontidão a branquitude.

Isso condiz a uma construção de identidade pautada na crença de baixos valores, de que o negro é defeituoso e feio e que deve ser consertado e tentar chegar ao máximo às características da pessoa branca (GUIMARÃES, 2004; SILVA; CHAI, 2018; SOUZA, 2017; COSTA, 2019).

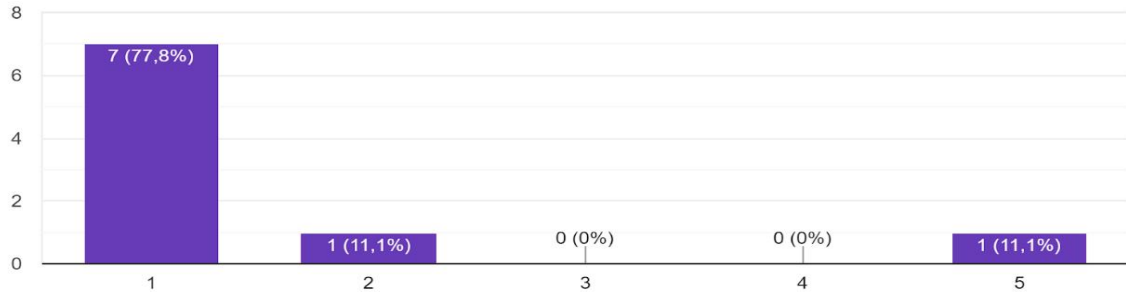
Na afirmativa que abordou sobre a sua identidade como mulher negra e sua percepção quanto a isso como algo negativo, como mostra o gráfico 17, sete responderam que “Discordo fortemente”, que indica 77,8%, uma respondeu que “Discorda em partes”, que condiz a 11,1% e apenas uma respondeu que “Concorda fortemente”, que equivale a 11,1%.

De acordo com a amostra, mais da metade das participantes discordaram que sua identidade como mulher negra é algo negativo. Dessa forma, esses dados condizem ao que os estudos afirmam sobre a aderência a identidade racial poder servir como um fator de proteção, pois o sentimento de pertença indica uma identidade e conseqüentemente a construção de subjetividade e individualidade.

Gráfico 17: Dados sobre a Identidade da Mulher Negra e sua percepção de forma negativa.

Identifica-se como mulher negra atualmente e encara essa identidade como algo negativo e penoso para si mesma.

9 respostas



Fonte: elaboração própria.

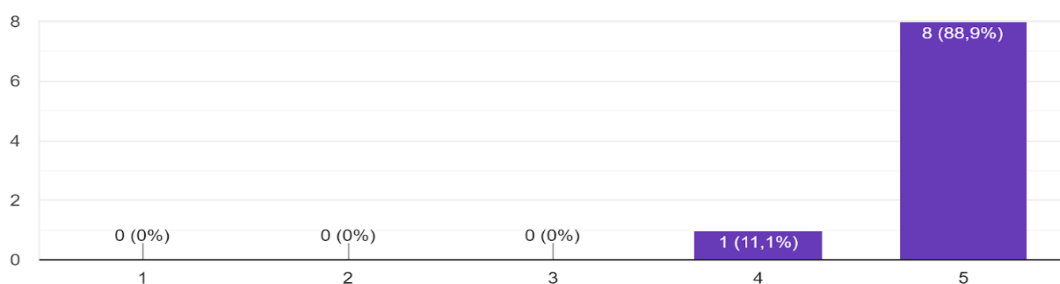
Mesmo que a consciência racial traga maiores riscos por envolver estressores psicológicos e fisiológicos, age fortemente como algo de proteção como os dados acima do gráfico 17 confirmam, pois, a maioria das participantes (77,8%) afirmaram que não encara como algo negativo, mesmo que sua construção social e histórica tende a ser o contrário. Isto é, através da desconstrução de estereótipos atrelados a mulher negra, e a reconstrução de uma nova representatividade que seja vista como algo positivo, pode-se encarar a aderência a identidade da mulher negra como algo positivo (SELLERS; et al. 2003; SILVA; NASCIMENTO, 2016, ASSIS; CANEN, 2004).

Na última afirmativa seguinte, representada pelo gráfico 18, que também foi sobre a percepção de sua identidade mas como algo bom e motivo de orgulho para si, oito responderam “Concordo fortemente” que condiz a 88,9% e uma respondeu que “Concorda em partes”, que condiz a 11,1%. Esses dados condizem ao que foi dito anteriormente, pois quando há o redescobrimento da sua identidade e quando surge referências positivas e uma nova identidade surge, sentimentos de autovalor e de orgulho são mais suscetíveis a brotarem (SELLERS; et al. 2003; SILVA; NASCIMENTO, 2016, ASSIS; CANEN, 2004).

Gráfico 18: Dados sobre a Identidade da Mulher Negra e sua percepção de forma positiva.

Identifica-se como mulher negra hoje e encara essa identidade com um sentimento de pertencimento e orgulho.

9 respostas



Fonte: elaboração própria.

Na primeira pergunta subjetiva, que foi o seguinte questionamento: “Gostaria de acrescentar algo? Se sim, explique abaixo.”, foi possível coletar três experiências, nas quais uma das participantes descreveu a seguinte situação:

“Quando passei pela transição capilar, senti que comecei a sofrer mais racismo do que antes. A primeira vez que me senti muito mal por foi quando fui perseguida em uma loja de joias, pois pensaram que eu estava roubando. Essa situação me marcou muito e me fez levantar a cabeça para começar a aprender ainda mais sobre o assunto e ter orgulho da minha cor”.

Outra participante teve o seguinte relato:

“Se reconhecer e se aceitar como mulher negra e lésbica foi um processo bem traumático e difícil para mim, porém com tudo hoje sou bem mas feliz internamente comigo e pelas coisas as quais reconheço e luto hoje, foram processos dolorosos para mim enquanto mulher negra porém necessários para que eu pudesse ter a consciência e a alta estima que tenho hoje, só tenho gratidão por tudo isso.”

E por último, uma das três participantes relatou o seguinte:

“Como advogada negra, é comum ser confundida com o réu. Nossa cor quase sempre chega antes de nosso intelecto, e, conseqüentemente de nossa profissão. A Advocacia é profissão pra homem branco, quando se é mulher já é um demérito! Mulher e preta, aí o espaço de trabalho se comprime. Mas, nós somos de luta, e estamos na luta todo dia.”.

Com esses relatos, fica evidente o conceito de Interseccionalidade, e do racismo que mulheres negras enfrentam não só na sua estética, mas na sua capacidade de desenvolver trabalhos ocupados por corpos brancos, como a advocacia. Quando uma mulher negra se assume não só lésbica, mas toda a sua identidade, como seu cabelo, sua fisionomia e seu reconhecimento como mulher negra, ela atravessa várias camadas sociais e muitas vezes de violência, mas ao mesmo tempo de resistência (COSTA, 2019).

A segunda pergunta subjetiva foi: “Com as respostas obtidas neste questionário, você julga que teve algum tipo de sofrimento psíquico?” teve apenas dois relatos, que foram:

“ACREDITO QUE ESSAS SITUAÇÕES CRIARAM NO MEU INTERIOR UMA DIFICULDADE DE ME PERTENCER ATÉ MESMO A ESPÉCIE HUMANA, JUSTAMENTE POR SEMPRE EXISTIR ESSA COMPARAÇÃO DE COR E COMENTÁRIOS QUE SEMPRE DESTACAM QUE A COR NEGRA É DIFERENTE, MESMO QUANDO TENTAM ELOGIAR, É COMO SE FOSSE ALGO DIFERENTE DA BIOLOGIA HUMANA, MESMO SABENDO QUE CIENTIFICAMENTE É UM SENTIMENTO INFUNDADO, E, AINDA, ESSA

QUESTÃO DE NUNCA SE SENTIR UM SER QUE PODERIA SER DESEJADO E AMADO, JUSTAMENTE PORQUE SEMPRE VÃO PREFERIR UMA PESSOA BRANCA, EM QUE EU ACABO ME COLOCANDO NUMA POSIÇÃO DE NUNCA TENTAR E QUANDO ACONTECE EU SEMPRE DUVIDO DA VERACIDADE DOS SENTIMENTOS DAS PESSOAS PARA COMIGO, ALÉM DE CARREGAR UM PESO ENORME DE SER UMA FIGURA REPRESENTATIVA NA SOCIEDADE, CONSIDERANDO A DIFICULDADE DE OPORTUNIDADES PARA PESSOAS NEGRAS.”²

E a outra resposta foi: “Sim, acredito que não tem como viver em um país racista como o nosso e não ser afetada por ele.”

Em ambos os relatos, confirmam que a branquitude ainda opera como um mecanismo de opressão diante dos corpos pretos e reconhecem-se isso como forma de violência e de uma herança histórica de exploração racial. Dessa forma, os resultados apresentados neste trabalho condizem diretamente com o que o referencial teórico coletado apresentou sobre a saúde mental das mulheres negras, que inicia com o apagamento da sua própria identidade desde a infância até a vida adulta. E caso ela não tenha a oportunidade e contextos para desconstruir o conceito do branco padrão hegemônico como referência, perpetua-se a negação de sua própria subjetividade e existência, e desenvolve-se o auto ódio.

As consequências psicológicas desse processo na mulher negra condizem a altos índices de estresse, de nervosismo e tristeza e muitas vezes de depressão, pois vivenciar situações racistas e encará-las com maior ocorrência quando se tem maior consciência racial, desencadeia maiores riscos de desenvolver transtornos mentais.

Contudo, pode-se obter e/ou desenvolver estratégias para essa identidade ser assumida como algo positivo e agir como fator de proteção. Mas com os resultados apresentados neste trabalho, é possível inferir que as heranças escravocratas ainda refletem diretamente no corpo negro, e causam sofrimento psíquico. As implicações dessas vivências racistas na saúde mental da mulher negra estão diretamente relacionadas a desconstrução da sua identidade após o contato com o feminismo negro e reconstrução da mesma, através de uma percepção de aceitação e de mais valia.

² Não houve mudança na escrita da participante como forma de conservar a maneira na qual escolheu se expressar, mesmo com a formatação em caixa alta.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho mostra, a partir dos dados analisados, que de fato ocorre o sofrimento na saúde mental de mulheres que se autodeclaram negras na cidade de Palmas Tocantins. Através de processos históricos que favoreceram o surgimento do racismo e sua solidificação, como a escravidão, a falta de indenização e reparação histórica ao povo preto e a marginalização dessa parcela social, surgem desdobramentos sistemáticos sobre os impactos do racismo na mulher negra em sua saúde mental.

Entre eles está sua hipersexualização, que perpassa por um processo de objetificação e conseqüentemente anula sua subjetividade. O racismo e suas implicações na saúde mental acarretam aspectos negativos na mulher negra e é possível deduzir que há mais sofrimento e fatores de risco do que fatores de proteção e sentimentos de mais valia.

Estratégias como criação de coletivos feministas em universidades e espaços onde ocorre produção de conhecimento, assim como debater temas sobre feminismo negro ou identidade da mulher negra em instituições do governo, como em Centros de Referência de Assistência Social, poderia ser fatores de proteção com maiores efeitos e maiores impactos.

Dessa forma, sabe-se que estudos sobre essas temáticas ainda se encontram muito escassos e precisam ser ampliados. Recomenda-se que estudos mais profundos sejam feitos por meio do material já coletado no presente trabalho. É possível usar os dados apresentados aqui em trabalhos futuros como recursos para alimentar temas que tangenciam sobre racismo ou sobre mulher negra e sua saúde mental.

Com isso, a psicologia carrega essa responsabilidade social de não só amenizar as mazelas sociais e suas conseqüências, mas de fomentar e criar recursos para poder lidar com elas, uma vez que essa ciência está subordinada a um código de ética que tem como soberania de cumprir os Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, M. D. P. de.; CANEN, A. Identidade negra e espaço educacional: vozes, histórias e contribuições do multiculturalismo. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 123, p. 709-724, set./dez. 2004.
- BARBOSA et al. Mulheres negras: sofrimento psíquico causado pelo racismo estrutural no Brasil. **Revista Científica Semana Acadêmica**. Fortaleza, v.01, n.184, nov./2019.
- COSTA, T. T. Abaetê Criolo: discurso e identidade racial de jovens negras 2019. 132 f. **Dissertação** (Mestrado Acadêmico ou Profissional em XX) – Universidade Estadual do Ceará, 2019.
- COSTA, A. A. da; FARIAS, P. S. C. **A chegada dos portugueses ao continente americano: do “descobrimento” às primeiras formas de territorialização do colonizador português no Brasil (as feitorias)**. 21 ed. Campina Grande: EdUEP, 2009. E-book. Disponível em: <http://www.ead.uepb.edu.br/>.
- DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexos sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**. Rio de Janeiro, n.115, mar/2002, p.139-154.
- DAMASCENO, M. G., ZANELLO, V. M. L. Saúde mental e racismo contra negros: produção bibliográfica brasileira dos últimos quinze anos. **Psicologia: Ciência e Profissão**. Brasília, v.38, n.3, p.450-464, jul./set.2018.
- FERNANDES, V. B.; SOUZA, M. C. C. C. de. Identidade Negra entre exclusão e liberdade. **Estudos Brasileiros**. n.63, abr.2016.
- GESSER, R.; COSTA, C. L. J. Menina Mulher Negra: Construção de identidade e o conflito diante de uma sociedade que não a representa. **Revista Brasileira de Psicodrama**, v. 26, n. 1, p.18-30, 2018.
- GUIMARÃES, A. S. A. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **REVISTA DE ANTROPOLOGIA**, São Paulo, v. 47, n. 1, 2004.
- JESUS, K. C. O. de; SANTANA, H. M.; CASTELAR, M. Psicologia e racismo institucional na saúde pública de Salvador- Bahia. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 32, n. 2, maio-ago. 2020, p. 142-153.
- JULIO, A. L. S. Sobre o sentimento de pertença: um passeio pela negra identidade. **Revista Identidade**. São Leopoldo, RS, v.15, n.2, jul/dez. 2010.

LEITE, M. J. S. Tráfico atlântico, escravidão e resistência no Brasil. **Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**. v.10, n.19, agos/2017, p.64-82.

LOPES, T. S. O Tráfico Atlântico e a Africanização do Brasil: uma abordagem histórica e uma prática pedagógica, 2016. **Artigo-** (Especialização em História e Cultura Africana) - Centro de Ensino Superior do Seridó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Currais Novos, 2016.

LOPES, V. S. Porque um feminismo negro. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v. 13, n. 41, p. 90-104, jan./jun. 2020.

MALAQUIAS, C. O. Dossiê: 130 anos da Abolição: História, luta e resistência escrava no Brasil. **Temporalidades, Revista de História**. v.9, n.3, set/dez. 2017, p.16-21.

MESSIAS, T. L.; AMORIM, M. F. P. Relações afetivas e mulheres negras: objeto sexual ou solidão. **Feminismo em América Latina**, v. 2 n. 4, pp. 12-35 (2019).

MACHADO, M. A.; CAINELLI, M. R. A Trabalho Escravo no Brasil: do período colonial aos dias atuais. **Cadernos PDE**. 1 ed. E-book. Paraná.

SILVA, I. P. A.; CHAI, C. G. S. As relações entre o racismo e sexismo e o direito à saúde mental da mulher negra brasileira. **Revista de Políticas Públicas**. v.22, 2018.

SILVA, N. B.; VIEIRA, R. F. Além da cor da pele: uma análise psicossocial acerca da formação da identidade da mulher negra no Brasil. **Revista Pretextos**. v.3, n.6, jul/dez. 2018.

PAIXÃO, M.; GOMES, F. Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(3): 424, setembro-dezembro/2008.

PINTO, M. C. C.; FERREIRA, R. F. Relações Raciais No Brasil E A Construção Da Identidade Da Pessoa Negra. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v.9, n.2. jul/dez. 2014.

PEREIRA, L. C. **Congresso Internacional de Humanidades**, 15. Santiago, Chile. A construção da identidade da mulher negra no Brasil. 2012.

OLIVEIRA, D. C. de; LEWIN, M. C.; SÁ, C. P. A memória primordial do descobrimento do Brasil: análise dos manuais brasileiros de história. **PSICOLOGIA**. Lisboa, v.17, n.4, jul/2003, p.301-319.

- OLIVEIRA, M. L. P. de. Subjetividade e identidade das mulheres negras: efeitos da discriminação racial. 2009. 76 f. **Dissertação** (Mestrado no Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva). Universidade do Vale do Rio dos Sonos, 2009.
- PARREIRA, B. D. M. et al. Transtorno mental comum e fatores associados: estudo com mulheres de uma área rural. *Rev. esc. enferm. USP* vol. 51, 2017.
- SILVA, S. M. Educação e racismo no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, n.18, jun.2005, p.93-99.
- SANTOS, R. A. dos; SILVA, R. M. N. B. e. Racismo científico no Brasil: um retrato racial do Brasil pós-escravatura. **Educar em revista**. Curitiba, v.24, n.68, p.253-268.
- SANTOS, Maria Santana Dos et al. **Corpo em debate: a objetificação e sexualização da mulher negra**. Anais V ENLAÇANDO... Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: <<http://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/30488>>
- SEMINARIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 13, Florianópolis. **Violência contra as mulheres negras: correntes invisíveis do racismo**. Florianópolis, 2017, 7p.
- SOUZA, G. K. Mulheres negras e as relações de gênero: narrativas de construção da identidade de mulheres negras participantes do Bloco Afro Akomabu do Centro de Cultura Negra do Maranhão. 2017. 141f. **Dissertação** (Mestrado no Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas) - Universidade Estadual do Maranhão, 2017.
- SANTOS, R. A. dos. SILVA, R. M. de N. e. Racismo científico no Brasil: um retrato racial do Brasil pós-escravatura. **Educar em Revista**. Curitiba, v.34, n.68, p.253-268, mar./abr.2018.
- SILVA, B. G. da; NASCIMENTO, M. B. S. A mulher negra e a afirmação de sua identidade: uma análise sócio-histórica. **Revista Includere**. v.2, n.1, 2016.
- SILVA, W. C. da. Navios negreiros: tipologia, fabricação e manejo da carga das embarcações utilizadas para o tráfico de africanos para o Brasil. In: **Semana de História da UNP**, 9, 2009, Rio Grande do Norte.
- VERAS, A. C. A. A escravidão no Brasil e formas de resistência negra. **Revista ENCONTROS**. v.13, n.25, 2015. P.83-93.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Orientações sobre construção
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convido você a participar da pesquisa intitulada como “Racismo e Saúde Mental: implicações na vida de mulheres autodeclaradas negras em Palmas-TO”. Eu, Ana Carla Sousa Serra, acadêmica pesquisadora, brasileira, residente em Palmas-TO, acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Luterano de Palmas e de acordo com a resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, apresento as informações sobre esta pesquisa junto a minha orientadora, que é a pesquisadora responsável, M.e. Lauriane dos Santos Moreira. Caso você apresente interesse, marque ao final desta página a opção 'declaro que li e aceito participar da pesquisa', que segue abaixo, e uma cópia será encaminhada para o seu email. Caso não tenha interesse em participar, nenhuma penalidade será aplicada. E caso haja dúvidas sobre a pesquisa, poderá procurar a professora pesquisadora Lauriane dos Santos Moreira (CRP 23/356) pelo telefone 3219-8068 ou 99244-2157 e também o Comitê de Ética do Centro Universitário Luterano de Palmas que fica na Avenida Teotônio Segurado 1501 Sul Palmas-TO CEP: 77.018-900, Sala 541(Prédio 5), Complexo Laboratorial 1º, Piso, cujo telefone é 3219-8076 e o email: etica@ceulp.edu.br.

O objetivo desta pesquisa é de analisar as implicações do racismo na saúde mental de mulheres que se autodeclararam negras em Palmas-TO e como isso afeta na sua identidade. A coleta de dados será realizada por meio do preenchimento de um questionário semiestruturado feito através da plataforma Google, no período de Abril a Maio de 2021 via online, pois o presente contexto de pandemia, não permite realizar encontros presenciais.

Sobre os riscos envolvidos, compreende-se que são mínimos ou quase nulos, uma vez que não afeta sua integridade física, mas há possibilidades de afetar psicologicamente como desconforto emocional. Contudo, caso haja alguma complicação no que tange a questões pessoais e de origem psicológica, será ofertado atendimento psicológico sem ônus até sanar algum problema oriundo da presente pesquisa comprovadamente. É importante ressaltar que se você não se sentir a vontade em continuar com a pesquisa, poderá desistir da mesma a qualquer momento sem aplicação de nenhuma penalidade.

Benefícios: os benefícios que almejamos alcançar são referentes a uma tentativa de escuta e acolhimento das vivências concernentes ao racismo na mulher negra. A presente pesquisa também poderá instigar as participantes a conscientiza-las sobre as implicações do racismo em sua identidade.

Acompanhamento e assistência: você poderá sanar suas dúvidas a qualquer momento durante a pesquisa.

Recusa da participação e retirada do consentimento: você tem a autonomia para recusar ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem prejuízos em quaisquer aspectos.

Sigilo e privacidade: os dados obtidos nesta pesquisa serão manejados apenas pela pesquisadora, orientadora e pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), e neste último só em caso de necessidade. Seu sigilo será garantido em todas as etapas da pesquisa e seu nome será ocultado.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido: será enviada uma guia do TCLE ao seu e-mail.

Ressarcimento e indenização: se ocorrer algum prejuízo oriundo da presente pesquisa e comprovado com decisão judicial ou extrajudicial, ao participante estará garantido atendimento qualificado assim como as devidas indenizações. Os gastos referentes a esta pesquisa serão assumidos pela pesquisadora. Sua participação é voluntária e por isso destaca-se que não haverá nenhuma remuneração pela sua participação na presente pesquisa.

Caso surja algum problema ou dúvida, você poderá entrar em contato com a pesquisadora assistente pelo telefone (63) 99110-1314 ou e-mail: anacarllassoussa@gmail.com. Também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa, do Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA), no endereço Avenida Teotônio Segurado, Quadra 1501 Sul S/N, Plano Diretor Sul, Palmas-TO, 77019-900, telefone: (63) 3219-8076 ou e-mail: etica@ceulp.edu.br.

Ao assinar este termo você declara estar ciente da sua participação na pesquisa e da possibilidade de publicação em artigos científicos ou outros meios de divulgação, preservando o sigilo dos participantes e da instituição.

APÊNDICE B – Formatação Inicial de Trabalhos Acadêmicos conforme as normas da ABNT

QUESTIONÁRIO

Data de aplicação: ____/____/_____.

Orientações: Antes de responder o questionário, quero agradecer a sua participação que é central neste questionário. Muito obrigada por disponibilizar seu tempo e interesse ao responder esta pesquisa pois sua contribuição está sendo essencial. O presente questionário pretende coletar relatos e vivências de mulheres que sofreram racismo por se autodeclararem negras e o impacto disso na sua identidade assim como na sua saúde mental. Cada afirmativa deve ser respondida de acordo com sua vivência, não havendo resposta correta.

As informações obtidas pelas participantes serão mantidas em sigilo e seu nome será ocultado. Caso haja alguma dúvida sobre alguma pergunta, entre em contato com a acadêmica-pesquisadora por e-mail (anacarllassoussa@gmail.com) ou número de contato (63) 99110-1313 e volte a responder o questionário em outro momento.

Dados pessoais:

Pseudônimo:	Ocupação/profissão:
Idade:	Estado civil:
Naturalidade:	Quadra/região:
Religião:	Filhos?
Orientação sexual:	

Legendas
1 = Discordo fortemente
2 = Discordo em partes
3 = Não concordo nem discordo
4 = Concordo em partes
5 = Concordo fortemente

1- Está ciente do que é racismo.

1	2	3	4	5
----------	----------	----------	----------	----------

2- Já presenciou alguma situação racista no seu dia a dia.

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

3- Na sua infância, era comum você receber apelidos que hoje são considerados racistas.

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

4- Percebe-se como mulher negra desde a infância até a fase adulta.

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

5- Percebe-se como mulher negra por estudos e contato com o feminismo negro.

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

6- Já vivenciou ser preterida (rejeitada) pelos seus pares por uma mulher branca em suas relações amorosas e/ou afetivas.

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

7- Já teve situações em que se achava inferior aos demais por alguma experiência racista no passado.

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

8- Deixou de fazer alguma atividade ou evitou algum comportamento por medo de sofrer racismo.

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

9- Passou por situações de assédio nas quais hiperssexualizaram seu corpo por se autodeclarar negra.

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

10- Sofreu psicologicamente por terem objetificado seu corpo como mulher negra.

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 11-** Sentiu-se em um estado profundo de solidão por ter uma identidade de mulher negra e ao mesmo tempo ser excluída ou rejeitada por pares amorosos ou amigos ou em um determinado ambiente.

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 12-** Em sua trajetória de vida, já teve vergonha de possuir traços negroides, como por exemplo: nariz alargado, lábios carnudos, pele retinta ou cabelos crespos.

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 13-** Já passou por discriminação racial em um ambiente público ou privado em sua trajetória de vida.

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 14-** Já teve alguma reação fisiológica no seu corpo (dor de cabeça, tremores, palpitações excessivas etc) por ter passado por alguma situação de preconceito racial.

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 15-** Teve situações nas quais se sentiu incapaz de fazer determinada tarefa por ser visto pelos outros como incapaz devido a sua cor e por ser mulher.

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 16-** Acredita que sua autoestima já foi muito afetada negativamente por sua cor ser representada socialmente como algo negativo, na maioria das vezes.

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 17-** Identifica-se como mulher negra atualmente e encara essa identidade como algo negativo e penoso para si mesma.

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

18- Identifica-se como mulher negra hoje e encara essa identidade com um sentimento de pertencimento e orgulho.

1	2	3	4	5
----------	----------	----------	----------	----------

19- Gostaria de acrescentar algo? Se sim, explique abaixo.

20- Com as respostas obtidas neste questionário, você julga que teve algum tipo de sofrimento psíquico? Se sim, entre em contato 63 99110-1314